



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA/
ESCOLA NORMAL SUPERIOR - ENS
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

NELSON DE MELO RIBEIRO

**A TERRITORIALIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIO DE
IRANDUBA, MANACAPURU E RIO PRETO DA EVA NO AMAZONAS**

MANAUS-AM

2022



NELSON DE MELO RIBEIRO

**A TERRITORIALIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIO DE
IRANDUBA, MANACAPURU E RIO PRETO DA EVA NO AMAZONAS**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Iolanda Aida de Medeiros Campos

MANAUS-AM

2022



NELSON DE MELO RIBEIRO

**A Territorialidade da Segurança Pública nos Municípios de Manacapuru, Iranduba e
Rio Preto Da Eva no Amazonas**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas para a
obtenção do título de licenciado em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Presidente Profa. Dra. Iolanda Aida de Medeiros Campos – UEA

1º avaliador: Profa. Dra. Ma. Maria Helena Carvalho Mourão – SEDUC-AM

2º avaliador: Profa. Dra. Danielle Marian Araújo dos Santos - UEA

Manaus, 20 de maio de 2022

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, o único digno de adoração e louvor,
meu pai José Francisco Mendes Ribeiro (in memoriam),
minha mãe Cleonice de Melo Ribeiro,
Minha esposa, minhas filhas e amigos que estiveram presente deste o início desta jornada
acadêmica.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que esteve sempre ao meu lado, me capacitando para suportar essa longa jornada na minha formação acadêmica, me dando forças para superar todas as etapas da Universidade até aqui. Toda minha gratidão a minha família, meu porto seguro onde me refugiei nos momentos de fraqueza nesta minha caminhada universitária.

Gratidão ao corpo docente da instituição, em especial, a minha querida orientadora excelentíssima Professora Doutora Iolanda Aida de Medeiros Campos, por ter aceitado de forma gentil o meu pedido de orientação, por todo incentivo e apoio que foram tão importantes, pois me enriqueceram o intelecto. Agradeço também aos meus amigos de curso que contribuíram para o meu crescimento e aprendizado ao longo desses quatro anos, em especial ao meu grupo, que denominamos GeoAlcool, composto por Ranor Rodrigues, Lucas Rocha, Gustavo Oliveira e Mirian Ricardo, a quem sou imensamente grato por me disponibilizar seu tempo para me ajudar na elaboração dos trabalhos acadêmicos.

Vista do alto, nas relações com o homem, a Geografia não é outra coisa a não ser a História no espaço, do mesmo modo que a História é a Geografia no tempo.

Elisée Reclus

RESUMO

Este trabalho traz reflexões sobre a Territorialidade da Segurança Pública em 3 (três) municípios da região metropolitana de Manaus, a saber: Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva, vislumbrando uma discussão sobre a proporção entre o efetivo policial militar e a população nestes lugares. Com o objetivo de analisar criticamente os dados da proporcionalidade entre o efetivo policial militar e a população destes municípios. Buscou-se, assim, dados que corroborassem para a elucidação da temática, junto a algumas das intuições que fazem parte do Sistema de Segurança Pública do Estado e nos municípios investigados, que proporcionassem a identificação sobre o aumento ou não da criminalidade, no intuito de identificar a atual conjuntura das condições de uma das instituições que tratam da preservação da ordem e da incolumidade da sociedade amazonense, a Polícia Militar do Estado do Amazonas e o reflexo disso sobre a sociedade. Por fim, realizou-se uma discussão sobre as obras que abordam sobre a normatização dos parâmetros entre efetivo policial e a população destes lugares, a quantidade de policiais necessários para um certo quantitativo populacional, comparando-as à realidade da seguridade vivida nesses municípios, na intenção de trazer a público o quadro da segurança pública na atualidade e a real necessidade da atuação desses agentes, buscando assim, sugerir possíveis soluções a essa problemática. Os resultados encontrados apontam um déficit policial nos três municípios, o deslocamento dos militares de Manaus a estes municípios, aumentando a territorialidade de ação dos policiais da capital, o aumento da criminalidade e os tipos de crimes semelhantes aos ocorridos na metrópole Manauara devido a aproximação desta com Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva.

Palavras-chave: Territorialidade; Segurança Pública; Criminalidade.

ABSTRACT

This work brings reflections on the Territoriality of Public Security in 3 (three) municipalities in the metropolitan region of Manaus, namely: Manacapuru, Iranduba and Rio Preto da Eva, envisioning a discussion about the proportion between the military police force and the population in these places. In order to critically analyze the proportionality data between the military police force and the population of these municipalities. Thus, data were sought to corroborate the elucidation of the theme, along with some of the intuitions that are part of the State Public Security System and in the investigated municipalities, which would provide the identification of the increase or not of crime, in order to identify the current conjuncture of the conditions of one of the institutions that deal with the safety of the Amazonian society, the Military Police of the State of Amazonas and the reflection of this on society. Finally, there was a discussion about the works that deal with the regulation of parameters between the police force and the population of these places, the number of police officers needed for a certain amount of population, comparing them to the reality of security experienced in these municipalities, in the intention to bring to the public the picture of public security today and the real need for the performance of these agents, thus seeking to suggest possible solutions to this problem. The results found point to a police deficit in the three municipalities, the displacement of the military from Manaus to these municipalities, increasing the territoriality of action of the police in the capital, the increase in crime and types of crimes similar to those that occurred in the Manauara metropolis due to the approximation of this with Iranduba, Manacapuru and Rio Preto da Eva.

Keywords: Territoriality; Public Security; Criminality.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos -----	28
FIGURA 2 - Dados e Informações SSP/Amazonas-----	47
FIGURA 3 - Aplicação de Questionário I – Iranduba-AM-----	50
FIGURA 4 - Aplicação de Questionário II – Iranduba-----	52
FIGURA 5 - Ponte Rio Negro Manaus – Iranduba no Amazonas-----	53
FIGURA 6 - Aplicação de Questionário – Manacapuru-----	54
FIGURA 7 - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) – Manacapuru-----	55
FIGURA 8 - Aplicação de Questionário - Rio Preto da Eva-----	56
FIGURA 9 - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) – Rio Preto da Eva -----	57

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Localização da Região Metropolitana de Manaus – Amazonas-----	39
MAPA 2 - Área de Estudo: Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva-----	40
MAPA 3 - Média de Habitantes por Policial-----	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Números Absolutos da Mortes Violentas Intencionais – MVI-----	42
TABELA 2 - Definições dos Tipos de Crimes no Amazonas -----	46
TABELA 3 – Tipos e Quantidades de Crimes no Amazonas em 2021-----	47
TABELA 4 - Índices de Criminalidade no Estado do Amazonas-----	60
TABELA 5 - Policiais Militares que Residem no Município-----	61
TABELA 6 – Efetivo Policial dos Municípios-----	61
TABELA 7 - População Estimada e Efetivo Policial-----	67
TABELA 8 - Parâmetros entre População e Efetivo Policial-----	68
TABELA 9 - Déficit de Policiais Militares-----	69
TABELA 10 - Quantidade de Pessoas Não Assistidas pela PM-----	70

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Taxa de MVI por Mil Hab, Por UF e Grupo de Qualidade da Informação---	43
GRÁFICO 2 - População Estimada e Efetivo Policial-----	67
GRÁFICO 3 - Parâmetros de Estimativas de Policiais Militares-----	68
GRÁFICO 4 - Déficit de Policiais Militares -----	69
GRÁFICO 5 - Quantidade de Pessoas Não Assistidas pela PM-----	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Da Formação das Cidades às Metrôpoles: um breve panorama histórico	14
2.1.1 A cidade em formação	15
2.1.2 A urbanização e a metamorfose da cidade em metrópole	17
2.2 Sobre a Expansão Urbana no Brasil	22
2.3 Panorama Socioeconômico da Criação da Região Metropolitana de Manaus	23
2.4 Território, Territorialidade: Dimensões das Ações Político-Econômico-Sociais	26
2.5 Sistema de Segurança Pública no Brasil	28
2.5.1 A Instituição Polícia Militar do Estado do Amazonas: sua historicidade e função	30
3 METODOLOGIA	33
3.1 O Método	34
3.2 Procedimentos Metodológicos	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
4.1 A Criminalidade no Estado do Amazonas	41
4.2 Tipologia do Crime na Região Metropolitana de Manaus	44
4.3 A Territorialidade da Segurança Pública nos Municípios de Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva no Amazonas	48
4.3.1 Cidade de Iranduba: Caracterização da Criminalidade	50
4.3.2 Ponte Jornalista Phelippe Daou: Ligando os Lugares, a Sociedade e seus Problemas	52
4.3.3 Panorama da Criminalidade em Manacapuru	54
4.3.4 A Criminalidade na Cidade de Rio Preto da Eva	58
4.4.1 Parâmetro e a Estimativa do Efetivo Policial Militar	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE	80

1 INTRODUÇÃO

A problemática abordada nesta pesquisa refere-se à territorialidade da segurança pública em municípios da Região Metropolitana de Manaus - RMM, e dos órgãos públicos integrantes do sistema de segurança pública estadual, como a Polícia Militar do Estado do Amazonas cuja atuação ocorre por meio de seus agentes militares no cumprimento do dever em prol da sociedade.

O objetivo geral consistiu em analisar criticamente os dados da proporcionalidade existente entre o efetivo policial militar e a população destes municípios, como um dos possíveis fatores que contribuíram para o aumento da criminalidade na região metropolitana de Manaus estudada.

Dentre os objetivos específicos realizou-se o levantamento de dados criminais de municípios da Região Metropolitana de Manaus; analisou-se criticamente a atual razão habitantes/policial militar da Região Metropolitana de Manaus; foram identificados os parâmetros existentes sobre a proporção entre o número de habitantes/policial militar da região metropolitana de Manaus.

Neste estudo, foram feitos levantamentos atinentes a proporção entre os agentes de segurança pública existentes em 03 (três) municípios da RMM e sua população, comparando esses resultados com parâmetros nacionais existentes, na tentativa de confirmar a hipótese de que o déficit de policiais militares em municípios mais próximos a capital do Estado pode ser considerado como uma das causas para o aumento da criminalidade nessas regiões.

Foram discutidas as informações inerentes à razão entre o quantitativo de policiais empregados pela Polícia Militar do Estado do Amazonas e a população dos municípios de Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva, com o intuito de refletir sobre a influência da criminalidade em Manaus que se espalha para estes municípios, causados pelos mesmos problemas sociais presente na capital, tendo como consequência o aumento do número de pessoas envolvidas na criminalidade como opção de vida, em decorrência do processo de segregação socioespacial.

A justificativa a esta pesquisa consubstanciou-se na necessidade de se refletir sobre a atual conjuntura dos serviços prestados à sociedade amazonense pelo Sistema de Segurança Pública - SSP, neste caso, pela entidade Polícia Militar do Estado do Amazonas, e assim, por meio de uma visão holística discriminar as disparidades existentes entre o quantitativo de agentes

públicos e de população diante de problemas sociais, dentre os quais o aumento da criminalidade, em consequência do processo de metropolização no âmbito da região metropolitana de Manaus.

Aponta-se como hipótese que a atual conjuntura da segurança pública possa ser resultado de um contexto histórico e econômico da cidade de Manaus, pois, no decorrer de sua história atingiu o status de centro econômico desta região, tendo como resultado o aumento populacional e a expansão do perímetro urbano e por conseguintes problemas sociais, enfrentados na atualidade por todo o território dessa metrópole.

Características identificadas na formação de outras metrópoles já consolidadas são presenciadas no desenvolvimento dessa metrópole, onde um imenso adensamento populacional é formado, passando a exigir do Estado a urbanização necessária à população, atraída do meio rural ao centro urbano em busca de melhores condições de vida, infraestrutura, saneamento básico etc., culminando em fenômenos como as ocupações irregulares, as quais com o passar do tempo trouxeram disparidades regionais e populacionais, refletindo-se nos serviços básicos propostos pelo Estado como: educação, saúde e segurança.

No Amazonas, o que parece, analisando de uma forma empírica, é que o índice de criminalidade tem crescido conforme o avanço urbano e populacional. Não que a categoria segurança pública seja a única e mais importante a ser analisada, mas leva-se em conta capitais como Manaus, de importância econômica, inevitavelmente tornaram-se não apenas metrópoles no país, como também mais violentas em relação às cidades de menor contingente populacional.

Isto posto, o trabalho de pesquisa foi estruturado da seguinte forma: Introdução; Metodologia; Referencial Teórico sobre categorias de análises inerentes à segurança pública; Resultados e Discussões com abordagens sobre a criminalidade no Amazonas, os tipos de crimes, a territorialidade da ação da polícia militar de Manaus e a caracterização da criminalidade em Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva, além de relacionar a proporcionalidade do contingente policial e a população desses municípios.

É notório a situação caótica e insatisfatória vivenciada pela população brasileira no que concerne à segurança pública no Brasil, dados alarmantes são apresentados periodicamente por meio de resultados de estudos, sendo propagados nos meios de comunicação, o retrato do constante aumento da criminalidade, diante de uma sociedade acuada, dependente da proteção dos agentes do Estado, este por sua vez procura mitigar as ações criminosas por meio de planejamento e ações de suas instituições, lidando com a preservação da ordem pública e aplicação da lei, por intermédio do Sistema de Segurança Pública de cada região. Por isso a necessidade de investigar e elucidar os fatores inerentes a questão da criminalidade e segurança pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A segurança pública tem sido uma das principais preocupações dos órgãos públicos no Brasil e conseqüentemente no Amazonas, tendo em vista o aumento da criminalidade em Manaus e municípios adjacentes que compõem a Região Metropolitana de Manaus – RMM. Sobre essa problemática buscou-se fazer um breve apanhado da formação das cidades no contexto da organização espacial dos grupos humanos e sua necessidade de um aparelho de segurança para manter o convívio em sociedade, evitando-se ou mitigando os conflitos sociais.

Somando-se a isto traz uma abordagem sobre o sistema de segurança e a Polícia Militar do Estado do Amazonas, cuja finalidade é elucidar sobre o atendimento satisfatório ou não do contingente policial, as demandas por segurança em Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva e a territorialidade da atividade policial nesses municípios.

2.1 Da Formação das Cidades às Metrôpoles: um breve panorama histórico

Nesta pesquisa nos deparamos com conceitos inerentes as concepções atreladas a geografia humana com ênfase a cidade, a urbanização e a metrópole, tornando-se imprescindível destacar algumas de suas definições, haja visto, todas estas virem se reformulando com o passar do tempo adaptando-se às realidades vividas, à evolução das gerações até os dias atuais, o que será discutido nesta seção.

A necessidade do homem de viver em grupo é perceptível quando refletimos sobre o contexto histórico dos primórdios da evolução humana, desta forma hominídeos sem nenhum tipo de técnica sobreviviam de forma nômade e rústica às intempéries ambientais, o que viabilizou sua evolução até a chegada do sedentarismo, momento em que se teve um avanço no conhecimento e nas técnicas desses grupos humanos, tornando-se um arcabouço de conhecimentos de inúmeras sociedades e civilizações mais complexas.

A primeira noção de pertencimento ou vínculo com o lugar durante a evolução do homem, parte da preocupação dos hominídeos sobre o local de assentamento de seus mortos e da caverna como seu local intuitivo do qual com o passar dos séculos foi sendo desenvolvida a concepção de lar, Sposito (1988, p.7). Quanto a essa questão de pertencimento dos primeiros hominídeos, nota-se que:

A partir destes fatos, podemos entender que já durante o paleolítico a primeira "semente" para o surgimento das cidades havia sido lançada, pois os homens, embora não tivessem ainda moradia fixa, já se relacionavam com um lugar, um ponto do espaço que era ao mesmo tempo de encontro e de prática cerimonial. (SPOSITO, 1988, p. 7).

Esses indivíduos utilizam ambientes como as cavernas para seus rituais e artes, que datam do período do paleolítico. Sobre o período posterior ao paleolítico se têm a domesticação de animais, sendo apontada como a melhor forma de se conseguir alimentos, conforme a autora afirma:

[...] a existência de um melhor suprimento de alimentos através da domesticação dos animais, e da prática de se reproduzirem os vegetais comestíveis por meio de mudas. Isto se deu há cerca de 15 mil anos e todo esse processo foi muito lento, porque somente três ou quatro mil anos mais tarde essas práticas se sistematizaram, através do plantio e da domesticação de outras plantas com sementes, e da criação de animais em rebanhos (SPOSITO, 1998, p.8).

Com a prática da plantação de vegetais, se obteve uma maior quantidade de alimentos, sendo possível retirar as sementes dos frutos, para poder haver a plantação e conseqüentemente mais colheitas. Segundo Sposito (1988, p. 9-10), “A aldeia, enquanto aglomerado humano, precede a cidade e não pode ser considerada como urbana, porque a sua existência está relacionada diretamente como que se entende hoje como atividades primárias (agricultura e criação)”, hoje em dia diretamente vinculada a economia capitalista.

A essa agricultura está relacionada às formas de subsistência, que pode se atrelar às formações de aldeia e evoluir posteriormente ao aglomerado urbano. Munford (apud SPOSITO, 1988, p.12) afirma que: “a cidade, pois, se interpreto suas origens corretamente, foi o principal fruto da união entre a cultura neolítica e uma cultura paleolítica mais arcaica”.

O que se pode afirmar com a construção dos conceitos relacionados à sociedade humana, é que quando se tem uma relação de objetivos comuns com compartilhamentos de costumes e valores, se tem também um conjunto de pessoas, com a necessidade de ajuda mútua. E ainda segundo Dallari (2014, p. 13), “a sociedade humana é um conjunto de pessoas ligadas pela necessidade de se ajudarem umas às outras, garantindo a continuidade da vida em satisfazer seus interesses e desejos, o que pode caracterizar a sociedade atual, resultado de séculos de evolução do homem”.

2.1.1 A cidade em formação

Com a chegada do sedentarismo, as aglomerações populacionais e o avanço das inovações de suas técnicas e utensílios, tiveram a primeira noção de pertencimento, o lugar, com o aproveitamento da terra para o plantio e defesa contra os nômades e camponeses sem terra, mediante um rudimentar princípio de organização oriundo de um aldeamento à cidade, (CARLOS, 2009).

As mudanças decorrentes a chegada do sedentarismo e a fixação de aglomerados urbanos se deu em princípio em certos espaços meramente pequenos e bastante povoados, em decorrência de fatores como a concentração da produção intelectual e do poder político (SILVA; MACEDO, 2009), instituindo o perímetro o qual viria a ser chamado de cidade. Essa metamorfose ocorrida a partir da primeira noção de pertencimento desses povos, no caso o espaço utilizado para a agricultura serviu como base para posteriormente serem formadas as sociedades urbanas, utilizando novos padrões de relacionamento conforme o exposto a seguir:

Assim, à medida que a população passa a se concentrar em áreas relativamente pequenas no espaço, as formas espaciais e as estruturas e organização econômica e social apropriadas para o modo de vida rural são, de certa maneira, rompidos e substituídos por novos padrões e relacionamentos, essas formas e essas estruturas devem estar mais adaptadas às necessidades urbanas (SILVA; MACÊDO, 2009, p.2).

Sobre as primeiras estruturas consideradas como cidade, Carlos (2009 p. 61) afirma que “Foi em torno de 5000 a. C. que surgem, junto ao Eufrates e em outros pontos da Ásia Menor, as primeiras povoações as quais pode-se dar o nome de cidade”, portanto, neste contexto histórico consagra a formação das primeiras cidades.

Assim sendo, apresentamos algumas definições de cidade, dentre as quais está a de Paul Claval (1981 apud VASCONCELOS, 1999, p.12) que afirma ser a cidade “uma organização destinada a maximizar a interação social”, haja visto, desde os primórdios o homem esteve predisposto a convivência em grupo, desde então progrediu e disseminou suas técnicas e conhecimento.

O termo cidade passa por mudanças em seu conceito conforme a ocorrência de fenômenos como a dinâmica populacional no contexto histórico nas diversas civilizações e sociedades. Outro conceito que podemos destacar é o elaborado por Friedrich Ratzel (1981 apud VASCONCELOS 2015, p.11) como sendo “um adensamento contínuo de pessoas e habitações humanas, que ocupa uma considerável área do solo e que está localizado no centro das principais linhas de tráfego”, uma forma de refletir sobre o resultado das dinâmicas sociais ocorridas com o passar dos séculos.

Em uma de suas referências sobre a cidade Lefebvre (1968, p.62) assevera que a cidade é uma “projeção da sociedade em um local”, isto posto, podemos inferir sobre a cidade como sendo um dos resultados da relação do homem com o meio no qual vive, haja visto, ser este o modelador de seu espaço vivido e essas relações passam a delinear-lo em conformidade com as demandas sociais.

Outro conceito de cidade é apontado por Rolnik (2004 p.16) segundo o qual “A cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho se implanta quando a produção gera um

excedente, uma quantidade de produção para além das necessidades de consumo imediato”, mostrando a evolução da sociedade em toda sua complexidade, formada por segmentos sociais os quais vão desempenhando diversas atividades próprias da cidade.

Consequência do avanço populacional, a urbanização é ponto que não pode ser considerado facultativo para o sistema econômico vigente, o qual estabelece as medidas a serem tomadas quanto ao emprego de mão de obra, infraestrutura e as vantagens de uma localidade para que seus investimentos ali possam ser aplicados e reproduzidos. E conforme as riquezas da localidade e o investimento do capital são implantadas infraestruturas para sua reprodução.

A cidade segundo Carlos (2009, p.30) “é uma realização humana, a criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização completa, diferenciada em função das determinações históricas específicas”.

Na concepção de Allix (1956 apud BRAGA; CARVALHO, 2004 p. 2), a cidade é “uma aglomeração humana abastecida do exterior, na qual a maioria dos habitantes se dedica a atividades diferentes da exploração agrícola ou pastoril”, afirma ainda “o que define uma cidade não é a quantidade de pessoas que ali residem, mas o que elas fazem, bem como seu modo de fazer”, condizendo com os levantamentos feitos até aqui sobre a origem do termo e seus significados.

Dada esta historicidade da origem das cidades, pode-se observar com o passar dos séculos a ocorrência de certos tipos de fenômenos geográficos atrelados aos grandes adensamentos populacionais também devem ser acrescidas na discursiva pois vinculam a esses aos eventos de transformação no espaço vivido no decorrer do tempo.

2.1.2 A urbanização e a metamorfose da cidade em metrópole

A urbanização surge por meio da evolução da humanidade e de suas técnicas, e desse contexto histórico resulta o surgimento da cidade, a cerca de 5500 anos quando passa a ocorrer o acúmulo de excedentes de produção agrícola, divisão de classes sociais, formulando a base para a divisão do trabalho (BRAGA; CARVALHO, 2004 p. 2).

Formalizadas num contexto de mudança das técnicas de subsistência este modelo de cidade acompanhou todas etapas da evolução da humanidade, tornando emblemáticas nesse cenário nas sociedades ulteriores, sem no entanto nenhum avanço urbano significativo, graças a importância dada ao campo, na figura dos produtores agrícolas e a cidade como moradia dos “não-produtores: governantes (monarcas, aristocratas), funcionários (como escribas), sacerdotes e guerreiros.” (SOUZA, 2003 apud BRAGA; CARVALHO, 2004 p. 3).

No entanto, quanto ao tema aqui discutido, Braga e Carvalho, (2004 p. 4), discorrem que “o processo de urbanização da humanidade só veio a acontecer bem mais recentemente, a partir da revolução industrial, na passagem do século XVIII para o século XIX.”, caracterizando uma lacuna e estagnação no processo de urbanização, devido à valorização do campo nesse tempo, situação mantida até a revolução industrial.

Segundo Castro (2014, p. 45) quanto aos elementos responsáveis pela produção da revolução industrial afirma “[...] O poder centralizado, os massivos investimentos no comércio e na produção e burguesias cada vez mais influentes no bloco de poder produziram a revolução industrial[...]”, elementos cruciais, os quais de acordo com Lefebvre (2001 apud CASTRO 2014, p.) “é a força indutora para a urbanização e para a problemática urbana na sociedade capitalista”.

Parafraseando Braga e Carvalho (2004), a partir da chegada da revolução industrial e com o avanço da cidade industrial moderna concilia o desenvolvimento da sociedade urbana e industrial, essas configurações ocorridas entre os séculos XIX e XX caminham de forma coligada, a urbanização e a industrialização, reformulando todo o sistema econômico e de infraestrutura em prol da indústria.

Tendo como resultado diversas mudanças na configuração urbana, e em diferentes momentos após a primeira revolução industrial, estão concatenadas a posteriores fenômenos geográficos, tais como o adensamento populacional nas cidades e o êxodo rural, resultado da mudança na matriz do sistema econômico, outrora baseado na produção agropecuária e depois é direcionada para as atividades urbana, comércio e indústria, por consequência da chegada da inovação tecnológica.

Com o advento da revolução industrial, ocorre a mudança do sistema manufatureiro para a grande produção industrial em massa, ocasionando a necessidade de mão de obra, assim a cidade é o lugar para onde a massa populacional passou a recorrer como modo de subsistência, mesmo com a precariedade urbana no que tange à infraestrutura, saneamento básico e salubridade, afinal o avanço tecnológico e do capitalismo eram projetos pilotos no que corresponde à vida social da mão de obra que utilizaria, mesmo assim, sendo implementada a duras penas.

As transformações no espaço da cidade dão origem ao espaço urbano capitalista, descrito por Corrêa (2004, p. 11) como “[...]fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas [...]”, podemos apreender, com isto, que esse espaço urbano é resultado de relações espaciais que formalizam a estrutura funcional capitalista, parafraseando este autor, que é decorrente de ações reunidas através do tempo, criadas por indivíduos produtores e consumidores desse espaço.

Faz parte da perspectiva geográfica as concepções sobre o termo espaço, haja visto, haver se tornado o objeto de estudo da geografia, configurou-se de suma importância seu entendimento, pois foi em busca dessa compreensão que se fundamentou essa ciência. Sobre o conceito de espaço Santos (1988, p. 10) afirma que este “deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento”, deste modo configura-se num ambiente orquestrado pelo homem em sua relação social e da sociedade com o meio, transformando-o de acordo com os interesses humanos de ordem política, econômica, social, cultural e ambiental.

A ascensão do urbano passa a ser vivenciada concomitante ao avanço econômico e tecnológico resultando em inovações técnicas e produtivas a partir da metade do século XIX, ocasionando uma metamorfose estrutural em todas as relações locais para atender ao avanço da globalização e do capitalismo como sistema.

O espaço geográfico passou a ser cada vez mais ocupado e remodelado em benefício da subsistência dos aglomerados humanos, como afirma Santos (1988, p. 14) em uma de suas abordagens sobre o espaço habitado “[...] é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência”. As descobertas e transformações territoriais culminam na gênese das cidades, sua urbanização e posteriormente a instituição dos centros urbanos, graças ao desenvolvimento intelectual e das técnicas, o espaço natural onde sobreviviam de maneira simplória de forma ainda selvagem foi configurado em cada contexto histórico das diversas sociedades e civilizações, engendrando o espaço geográfico das metrópoles.

Configura-se então o espaço urbano com os avanços nos diversos setores das relações sociais, a evolução do comércio e da produção industrial, fomentando a tendência de uma sociedade na qual o acúmulo de capital dita a divisão de classes entre afortunados e marginalizados, dentro de um tecido urbano que viabiliza os intentos do sistema capitalista, no qual observa-se regiões constituídas de um contingente de mão de obra barata e a centralização numa cidade polo de atrativos econômicos e sede de decisões.

A metrópole é o resultado das mais diversas mudanças ocorridas na sua estrutura física, suas atividades exercidas, sua natureza social econômica e as transformações dessa estrutura social ao longo do tempo, ou seja, em sua forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1988, p.37) e concatenadas a outros fenômenos geográficos relacionados à dinâmica populacional, a metrópole é o palco da mudança paulatina na matriz do sistema econômico por consequência da chegada da inovação tecnológica e do meio informacional.

Segundo Fresca (2001, p.32) o “conceito de metrópole é polissêmico, apresentando diferentes interpretações ao longo dos últimos 120 anos, denotando-se tratar de um objeto que é fluido no tempo e espaço.”, e com o passar dos anos, reescrevendo as ideias dessa autora, não houve mudanças bruscas, mesmo com o avanço do modo de produção capitalista, essa concepção se manteve fixa e quase inalterada.

O avanço urbano resultou em fenômenos populacionais e territoriais, como o êxodo rural, a macrocefalia e a conurbação. Esse cenário de crescimento urbano traz em sua conjuntura o excedente populacional, oriundo de diversas localidades, em busca das oportunidades que essa cidade polo possibilita a essa demanda, tendo então como uma de suas consequências concomitantemente uma expansão territorial de forma contínua.

Dickinson (1974 apud FRESCA 2011, p.32) quanto a metrópole, “acrescenta que esta cidade terá população consideravelmente superior àquelas cidades circundantes; será um centro comercial independente, com grande variedade de atividades regionais e forte atividade atacadista, além de centro financeiro, cultural e administrativo”., ideias congruentes a realidade deste centro urbano, com visível adensamento populacional, capacidade de tomada de decisões, pois nela se encontram também o centro político dessa região, e por consequência, seu carro-chefe tem sido a sua influência econômica, que fornece diversos produtos e uma variedade de serviços aos consumidores de outras localidades.

No Brasil o processo de formação da metrópole inicia com o avanço urbano que ocorre a partir de 1960. Esse inchaço urbano ocasionaria uma reflexão e a definição de uma política voltada a sistematização da problemática como discorrem Peres et al (2018, p. 269):

Esse processo, caracterizado pela intensidade e precariedade, impôs novos desafios às capacidades de planejamento do Estado, colocando a urgência pela formulação de uma política urbana de caráter nacional que incluísse, em seu escopo, a nascente problemática metropolitana.

Neste contexto, com a Constituição de 1967, que apenas regulamentou a atuação do estado, ao invés de compreender o fenômeno metropolitano, em que parte do texto é discorrido por Bittencourt (apud PERES et al. 2018), as metrópoles são “constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade socioeconômica, visando à realização de serviços de interesse comum”, o que segundo esses autores, seria a partir dessas premissas das leis complementares nº14/1973 e 20/1974, que definiriam as 9 (nove) regiões metropolitanas (PERES et al. 2018).

Peres et al (2018) afirmam que entre 1975 e 1979 implementou-se uma política nacional de desenvolvimento urbano – PNDU em conjunto a Segunda Política Nacional de

Desenvolvimento – II PND, que incluía preocupações sobre a desigualdade regional, a concentração urbana em locais específicos no território junto a um aparato que viabilizasse a implementação de regiões metropolitanas.

Em 1980, fora lançada uma nova PNDU vinculada ao III plano nacional de desenvolvimento que vigorou até 1985, com políticas idênticas as anteriores visando a diminuição das desigualdades regionais, com ênfase no desequilíbrio do intraurbano e a criação do sistema nacional de fundos de desenvolvimento urbano. Tais políticas, segundo esses autores, perdurariam desde a turbulência da década 80 até 2003, com a criação do ministério das cidades, que omitiam desde então o urbano e a metrópole da agenda nacional (PERES et al. 2018).

Na atualidade, vigora o Estatuto da Metrópole, lei nº13.089, que segundo Peres et al., (2018, p. 271) é o marco regulatório da questão metropolitana, dada a fragmentação política desses territórios e a ineficácia das legislações urbanas existentes até então. Para esses autores essa lei veio a substituir a lei nº 10.257/2001, o Estatuto das Cidades, não incluindo o tamanho do desenvolvimento metropolitano, na intenção de acelerar as execuções de caráter urbano-regional previstas na constituição de 1988. Neste Estatuto tem-se o seguinte conceito de metrópole:

V – Metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; (BRASIL, 2015, p. 1)

Corroborando com essa perspectiva de metrópole, considerada como centro de poder econômico de onde partem as mercadorias e serviços e comportando-se como uma cidade polo que exerce influência sobre as regiões de menor porte, Ribeiro et al. (2012) afirmam que as metrópoles são:

[...] centros do poder econômico, social e político. Portanto, são unidades capazes de polarizar o território nas escalas nacional, regional e local. Entre essas características, ressalta-se a organização funcional dos espaços; a concentração/distribuição de população, produto e rendimentos; os fluxos de mercadorias, população e serviços; as condições de infraestrutura urbana; os processos de ocupação territorial; as articulações de poder; entre outras. (RIBEIRO et al, 2012 p.2)

A metrópole possui adensamentos populacionais e de infraestruturas exercendo uma força centrípeta de investimento de capital, destacando-se das demais cidades em termos de poder econômico também, por isso sua influência político-econômica sobre as cidades de menor porte em termos econômicos, populacionais e de infraestruturas.

Na metrópole segundo Ribeiro et al (2012 p. 2) “[...] ressalta-se a organização funcional dos espaços; a concentração/distribuição de população, produto e rendimentos; os fluxos de

mercadorias, população e serviços; as condições de infraestrutura urbana; os processos de ocupação territorial; as articulações de poder; entre outras.” Oferecem multisserviços as cidades adjacentes, tornando-as dependentes.

Esse lugar central, fora formado graças as necessidades impostas pelo sistema capitalista a partir da Terceira Revolução Industrial, estabelecendo-se a metrópole por meio do aumento da infraestrutura da cidade e de seus serviços, assim como de seu crescimento populacional, consolidando-se no processo de metropolização por meio do aumento da conexão da metrópole com sua região metropolitana.

2.2 Sobre a Expansão Urbana no Brasil

Brito (2006, p. 221) afirma que a expansão urbana no Brasil se configurou como componente fundamental das mudanças estruturais na sociedade brasileira, ocorrendo na segunda metade do século XX. Continuando seu raciocínio, este autor comenta o fato de até meados da década de 1950 o país ser predominantemente rural, entretanto este perfil populacional se modificou, devido a formação de um mercado interno integrado promovido pelos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitscheck, atraindo assim milhares de pessoas para o sudeste do país atrás de boa infraestrutura e de empregos proporcionados pelas indústrias ali instaladas.

No Brasil ocorre a existência de cidades que passaram pelo processo similar de urbanização como São Paulo, por exemplo, com população majoritariamente rural, mas com o passar do tempo foi tornando-se urbana, devido ao crescimento das atividades econômicas na cidade e seu vínculo a uma rede urbana atrelado às exigências do sistema capitalista. Resultado desse processo de urbanização é a mudança na paisagem da cidade, na infraestrutura, em diversas formas, funções, conteúdos, categorias estas dinamizadoras do espaço urbano.

A crescente diversidade das atividades urbanas, o aumento populacional e a conurbação do espaço urbano tem como consequência a formação de metrópoles. Configurando-se em espaços urbanos de grande relevância econômica e atrelados a redes urbanas. A sua territorialidade pode ter abrangência regional, nacional e global em termos políticos e econômicos. As metrópoles ao se integrarem, em seus aspectos políticos, sociais, culturais econômicos e tecnológicos, com as cidades adjacentes podem formar as regiões metropolitanas.

Os fenômenos socioespaciais tais como a conurbação, urbanização, macrocefalia urbana, êxodo rural, migração entre outros transformam as feições e remodelam as paisagens urbanas.

Esses fenômenos são resultantes da ação de agentes sociais, dentre estes, destaca-se a migração, concebendo-se o seguinte fato:

Que este fenômeno não é um fato novo, pelo contrário, ele ocorre desde os primórdios da humanidade, onde os nômades se deslocavam conforme suas necessidades básicas de sobrevivência, por causa das guerras, invasões, fome, condições climáticas, entre outras causas que são responsáveis pela migração da população (OLIVEIRA, 2015, p.52-53).

Assim, os fatores políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e ambientais continuam sendo as principais causas dos deslocamentos humanos. Na atualidade, por exemplo, muitos trabalhadores não têm qualificação para fazer uso das ferramentas tecnológicas, por isso não são absorvidos pelo mercado de trabalho local, em outros casos a tecnologia substituiu a mão de obra em algumas atividades econômicas, fomentando a migração de pessoas à procura de emprego e renda em outras regiões ou países. A migração entre outros fatores também corrobora para o processo de urbanização, assim sendo, quanto à urbanização no Brasil observa-se algumas características:

“O acelerado processo de urbanização no Brasil, como decorrência das migrações internas, é um fenômeno relativamente recente e se articula com um conjunto de mudanças ocorridas na economia, na sociedade e na política brasileira, no século passado, especialmente na segunda metade do século” (BRITO, 2006, p.221).

A urbanização não planejada traz como consequências o empobrecimento da população, a qual não consegue ser absorvida pelo limitado mercado de trabalho formal, e o aumento da criminalidade. A intensificação da criminalidade requer ações dos órgãos públicos no sentido de mitigar esse problema social, o qual em grande parte poderia ser resolvido com políticas de incentivo ao desenvolvimento dos setores produtivos, visando a ampliação do mercado de trabalho formal, salários dignos, distribuição de renda equânime e investimento em educação de qualidade em todos os níveis do básico ao superior.

No entanto, as esferas governamentais optam por ações de monitoramento nas tomadas de decisões para a atuação dos órgãos de segurança pública nas regiões de atuação no combate à criminalidade, aumentando o número de delegacias e presídios. Ainda assim, as unidades prisionais e os recursos humanos em relação ao efetivo policial da instituição de segurança pública ao se comparar o com o quantitativo populacional dos municípios da região metropolitana, identifica-se que o contingente da polícia militar é insuficiente para atender à demanda da sociedade.

2.3 Panorama Socioeconômico da Criação da Região Metropolitana de Manaus

Manaus tem sido palco de atividades econômicas de relevância nacional e internacional, entre as quais podemos citar o ciclo da borracha, a Zona Franca de Manaus e o Polo Industrial,

estes últimos desencadearam um aumento substancial da população urbana e conseqüente expansão do perímetro urbano. Somando-se a isto, houve a ampliação da atividade industrial, de comércio e serviços, além da diversidade desses setores econômicos. Esses fatores conferiram-lhe o status de metrópole.

Dada a sua importância econômica, Manaus estreitou as relações econômicas, políticas e sociais com as cidades adjacentes fomentando assim a formação da Região Metropolitana de Manaus.

A estruturação do polo industrial de Manaus, segundo Araújo (2009, p. 34) é “Produto de uma Política de Integração Nacional no início dos governos militares, a Zona Franca de Manaus foi criada com o objetivo de ocupar a Amazônia Ocidental, uma região despovoada deste o fastígio da borracha”. Entretanto, com esse discurso o governo federal negava a existência dos povos indígenas. Tal fato desencadeou também os conflitos de terra que persistem nos dias atuais.

Por outro lado, a implementação desse modelo de desenvolvimento exigiu um avanço do espaço urbano e uma urbanização favorável a efetivação da instalação do distrito industrial que posteriormente propiciou a instituição da metrópole amazonense, o que causou simultaneamente outros fenômenos sociais como: o êxodo rural, o acelerado crescimento populacional e fenômeno social patológico como a criminalidade.

Em relação a concepção de metrópole, segundo Ehrnet (2011, p. 17) há um consenso “comum entre população e os meios de comunicação, onde ela, a metrópole, é uma importante cidade de uma região, ou a principal cidade de uma província, estado ou região, ou, simplesmente, a grande cidade”. No seu contexto histórico, Manaus sofreu inúmeras transformações econômicas e sociais, estes fatores a tornaram um polo atrativo a uma massa de migrantes, tendo como motivo a melhorias de qualidade de vida, pois estes vislumbravam sua inserção no mercado trabalho e possibilidade de acesso à educação nessa cidade.

Nas últimas décadas algumas cidades brasileiras, principalmente as capitais, vêm passando por mudanças econômicas, as quais têm influenciado na infraestrutura das cidades e no ordenamento do espaço urbano, possibilitando com isso a formação das regiões metropolitanas, conforme o exposto a seguir:

Com o crescimento acelerado das cidades e com o processo de conurbação que frequentemente ocorre, algumas questões de infraestrutura urbana - como os transportes, água, esgotos, uso do solo, etc. - são comuns ao conjunto de municípios e não devem ser tratadas isoladamente. Dessa forma, o Congresso Nacional aprovou, em 1973, a Lei que define áreas ou regiões metropolitanas como "um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestrutura comuns." (Lei Federal nº 14 de 1973). Assim, as primeiras oito RMs foram instituídas no período de maior centralização e concentração de poder e de recursos no nível

da União, durante a ditadura militar, como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional (ROMANELLI, p. 34, 2010).

Destacando assim uma das fases da economia na região Amazônica, a industrial, e em particular na cidade de Manaus, onde houve um acelerado adensamento populacional, a qual se torna desde tempos pretéritos um dinâmico centro urbano. Segundo Sousa (2016, p. 209) “entre 1970 e 2010 desencadeou-se uma urbanização sintonizada ao movimento de integração econômica, em curso na escala regional, e, de forma particular, ao movimento de transição demográfica”, que tinha como preferência a cidade, em busca de trabalho e melhores condições de vida, para onde partiria os deslocamentos populacionais futuros.

O atrativo para esse deslocamento populacional neste período acompanhava tanto o avanço industrial no Brasil, quanto o processo de ocupação da região norte, engendrado pelos governos militares. Dentre as estratégias de ocupação da Amazônia estava a criação da Zona Franca de Manaus e a implementação do polo industrial na cidade.

As consequências seguintes a essa fase de implementação trazem fenômenos como destaca Sousa (2016, p. 217) “a dinâmica industrial de Manaus agudizou o esvaziamento econômico já presente nos municípios do interior do estado amazonense, quando do início das atividades da Zona Franca de Manaus, repercutindo na dinâmica populacional destes municípios”, ocasionando assim um êxodo rural com deslocamento direcionado para o foco econômico, a capital amazonense.

Esse crescimento demográfico, a exigência de nova infraestrutura que comportasse o contingente populacional e as exigências econômicas do sistema vigente elevou a cidade de Manaus à categoria de Metrópole por intermédio de um processo regulamentação, a saber:

“Somente em 30/05/2007, por meio da Lei Complementar Nº 52, foi instituída a Região Metropolitana de Manaus (RMM), constituída pelos municípios de Manaus, Itacoatiara, Novo Airão, Careiro do Várzea, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo. Posteriormente, a Lei Complementar nº 59, de 27/12/2007, incluiu o município de Manacapuru. Houve ainda uma segunda alteração na composição da RMM, feita pela Lei 64/2009, que modificou a legislação anterior, incluindo os municípios de Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga e Manaquiri.” (SOUSA, 2016, p. 252).

Dentre a infraestrutura criada para estreitar o elo entre a capital e os municípios mais próximos, houve a criação da ponte rio Negro, facilitando o escoamento dos produtos de Iranduba e Manacapuru para abastecer o mercado consumidor da capital. A ponte também proporcionou o aumento do deslocamento pendular dos moradores dos municípios de Iranduba e Manacapuru até à cidade de Manaus. Esse movimento pendular outrora era realizado por balsas e lanchas. Esses deslocamentos ocorrem devido a inúmeros motivos, haja vista, as melhores condições de

vida se encontram na capital, e é em busca dessa melhoria que estas pessoas buscam emprego, trabalham, negociam etc.

Muitos fenômenos que antes eram de exclusividade da metrópole, com a nova infraestrutura e o alcance desses municípios aos acontecimentos e realidade da capital, trazem aos municípios da região metropolitana nova roupagem, como as ocorridas por causa das segregações de classes, contribuindo entre outros exemplos ao aumento no índice de criminalidade nesses municípios. Lógico que, em proporções que aparentam ser menores.

No entanto, são índices de crimes alarmantes para aquela realidade, considerando haver junto com o aumento populacional e de infraestrutura, a aceleração da informação, os meios de comunicação estão cada vez mais avançados, e informações antes não destacadas deixam perplexos moradores de outras regiões da metrópole.

Desta forma, acontecimentos antes exclusivos da capital, passaram a ser noticiados nos veículos de comunicação, o que parece demonstrar uma maior interligação aos problemas sociais da capital, reflexo das ocorrências de fatos que são análogos a esta, e ultrapassam as fronteiras entre esses municípios, assim a criminalidade transpõe os limites da cidade de Manaus e se espalha para os municípios adjacentes, fazendo com que o estado se faça presente para trazer a ordem novamente por intermédio de seus mecanismos de coerção, além de medidas decisórias e muitas das vezes emergenciais acatada pelo Comando da Polícia Militar do Estado do Amazonas, determinado pela Secretaria de Segurança Pública por meio de seu planejamento estratégico.

2.4 Território, Territorialidade: Dimensões das Ações Político-Econômico-Sociais

A ideia de território é concebida como um espaço delimitado onde o homem mantém sua relação de sobrevivência e subsistência. Está relacionado a concepção de pertencimento, apropriação e conseqüentemente dá origem ao espaço geográfico, elaborado pela ação humana. “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2004, p.1-2).

Enquanto Raffestin (1993, p.143) afirma que “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. ”onde as relações sociais e entre os homens e o ambiente determinam o uso e a transformação do território.

Santos (2005, p.8) por sua vez considera que “O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo

simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas”. Nesta concepção do território em rede podemos inferir que as funções de uma categoria profissional podem se espalhar para outros territórios conectados em rede por um poder central.

Um exemplo é a atividade da polícia militar do Amazonas, pois em todo o estado existe um contingente militar para manter a ordem nos lugares, entretanto em alguns casos há a necessidade do deslocamento dos policiais de Manaus para outros municípios do Estado. Isto deve-se ao fato do comando geral da polícia militar estar na capital e os demais municípios são submetidos a um comando centralizado. Temos, portanto, o território do estado fragmentado em municípios, mas conectados em rede, obedecendo a uma ordem central oriunda da capital do estado, onde está localizado todas as instituições administrativas estatais.

Milton Santos (2005) também chama a atenção para desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo no qual as informações e os comandos podem ser transmitidos de forma virtual, mas estas ações humanas se realizam no território, assim sendo:

Mais uma vez, devemos insistir na relevância, hoje, do papel da ciência, da tecnologia e da informação. Tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos suma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (SANTOS, 2005 p.7-8).

Hoje a polícia conta com tecnologias de comunicação que possibilitam uma ordem imediata dos comandantes aos policiais, mas embora existam as redes de informações virtuais as ações policiais são feitas no cotidiano do lugar e podem transpor um determinado território, é o que ocorre com policiais da capital que atendem a ocorrências criminais na região metropolitana da Manaus.

Essa forma de conexão entre os lugares ocorre pelo funcionamento do território que abrange duas dimensões as horizontalidades e verticalidades conforme assevera Santos (2005, p.8) “[...]. As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”.

Além disso, as ações humanas podem extrapolar os limites de um território como é o exemplo que já fora citado da atividade da polícia militar de Manaus, neste caso podemos inferir que a territorialidade da ação desses policiais ultrapassa os limites do território deste município, concebendo-se a territorialidade conforme o exposto a seguir:

Deste modo, a territorialidade pode ser compreendida como abstração teórica para território ou ter um sentido efetivo, tanto material (controle físico), quanto imaterial (controle simbólico, imaginado) e, também, na concepção de espaço vivido. Pode ser entendida como uma concepção mais ampla que território, sendo tanto propriedade dos territórios quanto condição para efetivação; territorialidade como sinônimo de território (qualidade inerente) ou, por fim, territorialidade com sentido distinto de território, sendo vista em duas perspectivas: no âmbito da imaterialidade (quando se trata de território como algo concreto) e o domínio do vivido e não institucionalizado; e territorialidade como uma das dimensões de território, a que remete à identidade territorial (HAESBAERT, 2014 apud FUINI, 2017, p.6).

Tanto no território quanto na territorialidade estão implícitas as relações de poder realizadas pelas instituições públicas e os demais segmentos sociais. “Desse modo, a territorialidade dos bens públicos implica, por razão de eficiência, em uma fragmentação territorial, uma multiplicidade de núcleos territoriais que, por sua vez, exigem níveis de controle jurídico-administrativos” (SACK, 1986; LIPIETZ, 1987 apud Carlos SANTOS, 2009, p.6).

Esse controle social e territorial é realizado por meio da territorialidade do poder exercido por instituições públicas e privadas, isto porque os territórios estão conectados em rede flexibilizando a mobilidade de pessoas, mercadorias, informações e ordens. Segundo Haesbaert (2004, p.15) nos “territórios-rede flexíveis onde o que importa é ter acesso, ou aos meios que possibilitem a maior mobilidade física dentro da(s) rede(s), ou aos pontos de conexão que permitam “jogar” com as múltiplas modalidades de território existentes, criando a partir daí uma nova (multi)territorialidade”.

SACKET (2009, p.6) compreende a territorialidade “como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social”. Assim as ações no campo político, administrativo, econômico, social e cultural ocorrem em diversas escalas espaciais, podendo extrapolar os limites territoriais, como ocorrem com as dimensões espaciais das ações das instituições do estado.

2.5 Sistema de Segurança Pública no Brasil

A Segurança Pública tem sua origem atrelada com a preocupação da segurança da realeza da época, cujo a historicidade no Brasil é datada, segundo Cruz (2013, p.2), com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, quando foi criada a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil no Rio de Janeiro. Atuando então como Polícia Judiciária, estabelecendo e fiscalizando punições e responsável pelos serviços de infraestrutura da cidade, sendo então intensificada e aprimorada, e mesmo com a Independência do Brasil em 1822, a segurança do indivíduo se confundia com a segurança do país.

Destarte alguns nomes fizeram alusão a essas milícias constituídas pelo governo, logo da primeira instituição como Guarda Real; 1831 Guardas Municipais voluntários permanentes e

posteriormente sendo alterada para que cada região nomeasse conforme sua unidade federativa suas forças policiais (CRUZ, 2013 p.2).

Em 1889, quando Proclamada a República Federativa do Brasil, segundo Cruz, (2013, p.3), foi promulgada em seu artigo 5º do Decreto nº 1 a responsabilização dos governos estaduais pela manutenção da ordem, segurança pública, defesa, garantia da liberdade e dos direitos do cidadão. Ao longo da história do Brasil a segurança pública vem acrescentando, não apenas forças suplementares, mas também, regulamentos que embasam as ações destas forças contra as sublevações de oposição ao governo.

Diante de inúmeros fatos envolvendo os aparelhos coercitivos do governo, durante anos, manifestações contrárias as ideologias governamentais fizeram com que normas fossem estabelecidas, instituições fossem criadas ocasionando muitas vezes o embate de manifestantes com órgãos que representavam o governo, no restabelecimento da ordem pública.

Em 1988, a Constituição considerou a Segurança Pública como dever do Estado e responsabilidade de todos, sendo novamente repensado em 2009 quando o Decreto nº 6.950 passa a regulamentar o Conselho Nacional de Segurança Pública, órgão colegiado de colaboração técnica no combate à criminalidade (CRUZ, 2013, p.4).

No Amazonas, conforme o Governo do Estado, a Secretária de Segurança Pública -SSP é um órgão integrante da administração direta do Governo do Amazonas, de acordo com a Lei Delegada nº 064, de 04 de maio de 2007 criou o Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Estado do Amazonas-IESP, com a finalidade de prover, de forma unificada, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização dos agentes públicos com atuação no Sistema de Segurança do Estado do Amazonas, integrando os quadros da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/AM. (AMAZONAS, 2022, p.1).

Somando-se a isso, o exposto no art. 144 da Constituição Federal (BRASIL 2016, p.90) sobre a segurança do cidadão, reveste alguns órgãos da responsabilidade da ordem pública da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio de suas instituições responsáveis pela segurança, neste contexto os policiais militares de Manaus exercem suas atividades não apenas na capital do estado como em toda a região metropolitana constituída de 13 municípios.

Dentre estas instituições que possuem a missão de resguardar a ordem dentro da região metropolitana assim como nos lugares mais longínquos na imensa região amazônica, com seus 62 municípios, está a Polícia Militar do Estado do Amazonas.

2.5.1 A Instituição Polícia Militar do Estado do Amazonas: sua historicidade e função

A história das polícias se inicia mesmo antes da independência do Brasil, surgiu ao que parece da necessidade de proteção real e dos seus representantes, no entanto, quanto a sua origem no país, Sousa e Morais (2011, p.3) afirmam que, “Porém, quanto à data precisa de início da atividade policial brasileira, há uma discussão teórica sobre seu marco regulatório”, ocorrendo então uma dicotomia entre certas vertentes quanto a origem da atividade policial no Brasil, umas que tem como marco histórico da chegada de Martin Afonso de Souza, no séc. XVI e a sua guarda militar em solo brasileiro a origem dessa atividade no país (SOUSA; MORAIS, 2011, p.3).

Outros pensadores não concordam com essa datação quanto a origem da polícia, por não atenderem aos princípios básicos da segurança da coletividade com a atividade policial, reportando então sua origem ao que Bretas e Rosemberg (2013, p. 167) discorrem como motivo, a transmigração da família real, conforme os fatos do contexto histórico do início do Séc. XIX.

A Polícia Militar, dentro de sua trajetória, teve em sua história diversas denominações e objetivos conforme as necessidades dos governantes e a realidade de cada época à qual foi incumbida de inúmeras missões, sendo assim, por meio de registro em carta magna do país, reconhece sua legitimidade institucional criando então a força auxiliar e reserva do exército, assim sendo:

Segundo a constituição, as polícias militares (PMs) são forças auxiliares e reservas do Exército (artigo 144, parágrafo 6º), e sua identidade tem expressão institucional por intermédio do Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, do Decreto nº 667, de 2 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975, e do Decreto-lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Isso significa que o Exército é responsável pelo “controle e pela coordenação” das polícias militares, enquanto as secretarias de Segurança dos estados têm autoridade sobre sua “orientação e seu planejamento”. Em outras palavras, os comandantes gerais das PMs devem se reportar aos dois [...] (SOARES, 2019 p. 34)

Uma das federações das quais esse texto abrange, é a do estado do Amazonas, que diante do regulamento previsto na constituição implementou essa força policial em sua região, tendo como chefe maior o governador do estado, com a missão prevista em lei de salvaguardar a sociedade deste estado.

Segundo consta no portal Amazonas do Governo do Estado, site pertencente à instituição da Polícia Militar do Amazonas, a Polícia Militar tem sua origem no Brasil com denominação de Guarda Policial, nasce então a Força Militar Estadual no governo do presidente do Grão-Pará General Soares de Andrea, o qual autorizou a criação em qualquer vila da região amazônica da

Guarda Policial, cuja primeira missão foi combater a Revolta de Canudos (1835-1840), isso em 04 de abril de 1837, com um efetivo de 1.339 homens.

Ainda sobre o histórico da plataforma discorrido no portal do governo do estado das Amazonas, passaram-se os anos, e havendo a extinção da Guarda Policial, e entre outras denominações, ocorre nesse ínterim que, no ano de 1935, por meio da Lei nº 55 de 31 de dezembro é estipulada a Força Policial do Estado, pela lei nº 671 passa a se chamar Corpo Policial do Amazonas 1887, e em 1890 é denominado Batalhão Militar de Segurança, e ainda Regimento Militar do Estado e Batalhão Militar. Essa comutação quanto a denominação desta instituição ocorreu ainda no ano de 1935, por intermédio da Lei nº 55 de 31 de dezembro foi restabelecida a Força Policial do Estado e finalmente a Polícia Militar do Amazonas, em 14 de novembro de 1938.

Esta instituição com 182 anos de existência é responsável por garantir a segurança de uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, estimada em cerca de 3.483.985 de pessoas, dados do último censo de 2010, alcançando no ano de 2021 o número atual de total de 4.269.995 habitantes no Amazonas, distribuídos por 62 municípios existentes no estado, estando sua população concentrada em sua maioria na metrópole da região Manaus, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que pelo censo de 2010 convivem cerca de 1.802.014 pessoas com uma estimativa de que em 2021 alcançasse o atual número de cerca de 2.182.763 habitantes.

Com o adensamento populacional ocorrido nas últimas décadas do atual século, tem ocorrido fenômenos como a macrocefalia urbana concentrado na capital do estado, o efetivo policial militar tem se tornado aparentemente insuficiente para as inúmeras demandas criminais que passaram a ocorrer nos municípios de Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva e a capital passando a refletir as mazelas da metrópole na sua região em uma proporção equivalente a aquele aglomerado urbano.

Um levantamento feito e divulgado no Jornal Todahora.com, que utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE para demonstrar a defasagem do efetivo policial militar, usando dados de 2017, afirma que existia naquela época 1 policial militar para 458 habitantes. Com esse levantamento efetivado pela equipe de produção desta plataforma foi feita a seguinte colocação:

“No Estado, são 8.868 policiais militares para mais de 4 milhões de habitantes. Com essa baixa quantidade de PMs, a corporação fica impossibilitada de, efetivamente, preservar a ordem pública e o meio ambiente no Estado do Amazonas, mediante um policiamento de excelência. Ou seja, fica impossibilitada de cumprir sua missão para qual existe. ” (JORNAL TODAHORA 10 jun. 2010).

Outra forma acessível de comprovar dados atuais sobre o efetivo policial militar nas amazonas é encontrada no site Portal da Transparência do governo do estado do Amazonas – relação de funcionários, que contém um banco de policiais da ativa vinculados em sua folha de pagamento, que no mês de março de 2022 demonstra o número absoluto de 8.236 policiais. O que ocorre é que todos os anos muitos policiais, por inúmeros motivos, passam a não fazer mais parte das fileiras da corporação ou tornam-se militares da reserva remunerada após longos anos de serviço à sociedade, que até as últimas mudanças na previdência contavam 30 anos de serviços prestados.

A missão da polícia militar de acordo constituição federal em seu “art. 144 § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [...]” (BRASIL,2016), sacerdócio esse que homens e mulheres voluntários passam a exercer mesmo com os problemas institucionais como a defasagem de efetivo que os obrigam à serem deslocados aos mais recônditos municípios deste estado, seja de maneira efetiva ou em forma temporária, para que a ordem pública possa ser estabelecida e o estado seja representado por seus agentes.

Dada essa defasagem no quadro de policiais militares no estado do Amazonas, devido descontrolado crescimento urbano nas últimas décadas, no caso de sinistros que necessitem do número maior de policiais, se faz necessário o envio de frações do efetivo de policias da capital para suprir as necessidades de municípios que fazem parte da região metropolitana, pois o índice de criminalidade nessas localidades tem sido desproporcional ao efetivo policial presente nessas regiões, onde podemos citar como exemplo alguns crimes como: o roubo, o latrocínio o tráfico de drogas.

Dados os fenômenos geográficos migratórios como o deslocamento pendular e o temporário, esses também são aplicados a realidade destes servidores, se fazendo necessário o envio em forma de fração de efetivo para cumprir missões variadas conforme a necessidade de cada município, esses policiais são empregados em ações seja no modo preventivo com patrulhamento ostensivo ou mesmo em ações que exijam atitudes proporcional ao tipo de crise,

assim sendo, em relação aos movimentos pendulares este se caracterizam “ [...] pela mobilidade diária entre municípios onde reside o sujeito, com o município de trabalho ou função específica [...]” (MOURA et al, 2005, apud OLIVEIRA, 2015, p. 58).

Reforçando o conceito da migração pendular Oliveira (2015, p.57) afirma que nesta modalidade de migração “[...] a maioria dos indivíduos que exercem este tipo de mobilidade espacial adjacentes a municípios com forte atração de mão-de-obra em polos industriais, seja próximo a pequenos, médios ou grandes centros urbanos [...]” (OLIVEIRA, 2015, p. 57).

Nota-se, portanto, que alguns dos fatores de maior atração são o mercado de trabalho e os serviços educacionais, mas os policiais militares submetidos a essa mobilidade pendular é em decorrência da ausência do Estado, em termos de segurança pública nesses municípios aqui analisados, na deficiência desse serviço de segurança à população dessas localidades. Quanto à migração temporária temos a seguinte definição:

Para entender sociologicamente a questão, Martins (1986, p.49 e 50) introduziu a noção de ausência, no sentido de que é temporário o “[...] migrante que se considera a si mesmo 'fora de casa' ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente” Procura mostrar que a migração temporária que “demograficamente” separa os membros de uma família —pois existe um deslocamento real [...] (MARTINS, 1986, apud BARCELLOS, 1995, p.9).

Com ênfase no servir e proteger o cidadão com um policiamento de excelência, com a devida preocupação do estado em manter a ordem pública e fazer com que nada venha abalar sua soberania é que policiais militares deslocaram-se aos mais longínquos municípios da região amazônica, fazendo com que o estado esteja presente e proporcione a sensação de segurança em todo o estado do Amazonas, assim por meio deste trabalho serão identificadas as possíveis causas do deslocamento desses militares a esses municípios.

3 METODOLOGIA

Durante muito tempo prevaleceu a sabedoria proveniente das experiências de vida e cultura dos povos no passado, do misticismo e da idolatria. Foi por meio da sistematização do conhecimento que se trouxeram às diversas sociedades respostas sobre o mundo em que viviam, seja na busca de respostas sobre objetos concretos ou abstratos no universo, o homem sempre esteve em busca de explicações para questões norteadoras.

As buscas por respostas a inúmeras indagações que norteavam a humanidade fazem com que o homem procure formas para descobrir o funcionamento das coisas e instigue o avanço de novos estudos por meio da pesquisa. O termo pesquisa, segundo Lencioni (2008, p.109) “significa rigor nas escolhas e subsistir imerso com diligência minuciosa no exercício de opções” e podem ter resultados contestáveis ou não, instigando a busca de novos resultados.

Outro autor que corrobora com esse termo é Gil (2008, p. 26) discorrendo que “Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. A pesquisa, portanto, é um método rigoroso de investigação para elucidar a realidade do fenômeno estudado.

Como processo que conduz a um determinado resultado utilizamos a metodologia, que segundo Gerhardt e Souza (2009, p. 11) “é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas”, com o intuito de obter as respostas plausíveis sobre a problemática estudada.

Segundo Demo (1985, p.22), a atividade básica da ciência é a pesquisa, o que nos remete à reflexão dos diversos questionamentos sobre a origem da vida e de tantas outras premissas até suas comprovações passam por crivos como o da metodologia para que o pesquisador possa alcançar o conhecimento científico.

A metodologia tende a esclarecer o método e os procedimentos a serem utilizados pelo pesquisador, norteando os caminhos traçados, os procedimentos e técnicas a serem aplicados pelo pesquisador, na intenção de alcançar a veracidade ou não de sua com a finalidade de alcançar os objetivos de seu estudo.

3.1 O Método

De acordo com Gil (2008, p. 27), método pode ser definido como “o caminho para se chegar a um determinado fim”, o que reitera a necessidade do investigador em procurar o método mais apropriado ao fenômeno a ser analisado, dada a importância de uma reflexão sobre a problemática estudada.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 14), o método é uma forma de “entender o caminho, a forma, o modo de pensamento. É a forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos. É o conjunto de processos ou operações mentais empregados na pesquisa.

Ainda sobre a discussão sobre o estudo do método, podemos apreender a ideia desse conceito pelo que foi discorrido por Gerhardt e Souza (2009, p. 11) expondo que o “método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados.” O que ratifica a ideia de uma reflexão inicial em busca de um direcionamento para o alcance do objetivo da pesquisa.

Nesta pesquisa recorreu-se ao método dialético porque analisa o fenômeno em suas relações e movimento, conforme apontam Lakatos e Marconi, (2003, p. 101) “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”, haja visto as relações sociais que ocorrem no espaço podem ser conflituosas e antagônicas.

Na perspectiva dialética observa-se que “as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como todo unido, coerente”, Lakatos e Marconi (2003, p. 101). Nesse sentido, homens e objetos estão em relação, por isso a pesquisa buscou elucidar os fatores que influenciam na territorialidade da segurança pública nos Municípios de Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva no Amazonas.

Destarte que o pesquisador precisa do método compatível com o grau da sua pesquisa, e que proporcione uma trajetória a ser seguida para que possa alcançar as respostas à problemática por ele engendrada. Diniz e Silva, (2008 p. 4), asseveram que o “método dialético reconhece a dificuldade de se apreender o real, em sua determinação objetiva, por isso a realidade diante do pesquisador por meio das noções de totalidade, mudança e contradição”.

Conforme argumenta Konder (2011 p. 8-9) “Na acepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa: é modo de pensarmos as contradições da realidade, de modo a compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. Neste contexto verifica-se a contradição entre o processo de metropolização e o aumento da criminalidade na região metropolitana de Manaus.

Ainda é possível salientar o conceito proposto por Severino (1992, p.92), que interpreta o método como “o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem aos cientistas descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos”, reiterando a importância do pesquisador em considerar o caminho norteador que o emprego da metodologia correta lhe propiciará.

3.2 Procedimentos Metodológicos

No desenvolvimento da pesquisa é necessário realizar os procedimentos metodológicos, etapas da pesquisa, para atingir os objetivos. Prodanov e Freitas (2013, p. 14) afirmam que a “metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

A pesquisa foi realizada em 3 (três) municípios, Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva, quanto a razão entre o seu número da população absoluta e o efetivo policial militar existente assim como. Foram escolhidos devido à acessibilidade entre esses e a capital, além do número de suas respectivas populações estarem na média de municípios mais populosos da Região Metropolitana de Manaus.

Como procedimento metodológico foram analisadas bibliografias de estudos já realizados sobre o tema em questão, assim como, abordagens dos conceitos de cidade, metrópole, território, territorialidade, proporção entre população/policial militar e seus parâmetros atuais entre outros conceitos, na busca por embasamento que pudesse subsidiar o desenvolvimento teórico da temática.

Um aspecto estudado nesta pesquisa, que exemplifica a busca por dados bibliográficos, foi a abrangência da presença policial militar, pelo seu espaço apropriado em seu perímetro de trabalho, lugar de relacionamento com a comunidade nos serviços de patrulhamento ostensivo em suas diversas modalidades, ou seja, a territorialidade e o papel desses agentes de segurança, bem como a relação entre policiais militares e a população dessas regiões.

Sobre a documentação bibliográfica Severino (2017 pag. 70) discorre que " deve ser realizado o levantamento da documentação bibliográfica, de forma paulatina, onde à medida que se tem as bibliografias, é possível informar sobre os assuntos das referências analisadas". Então, foi possível fazer um fichamento das referências analisadas, o que possibilitou o entendimento dentre outros conceitos relacionados à segurança pública nos Municípios de Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva no Amazonas, onde essas informações foram encontradas, principalmente nas revistas especializadas e nos livros.

Dados dos municípios estudados e sua população total foram coletados junto a autarquias como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que possui um banco de dados que contém informações sobre macro, meso e microrregiões da república federativa, que abrangem temas como Educação, Trabalho, Economia, População, Saúde e Território.

Ainda segundo Severino (2017, p. 67), "A prática da documentação está relacionada às considerações que seguem visam tão somente sugerir formas concretas para o estudo pessoal, sem se preocupar em delinear uma teoria e uma técnica muito sofisticada de documentação". Os documentos institucionais servem como fonte de dados para o entendimento do objeto de estudo. Nesse sentido, foi solicitado via documento protocolado ao Comando de Policiamento do interior por meio do Comando de Policiamento Metropolitano, responsável pelo policiamento da região metropolitana de Manaus, o número absoluto de policiais que fazem parte de cada organização militar nos 03 (três) municípios estudados, no intuito de conhecer a proporção atual de policiais que fazem parte de cada um dos municípios.

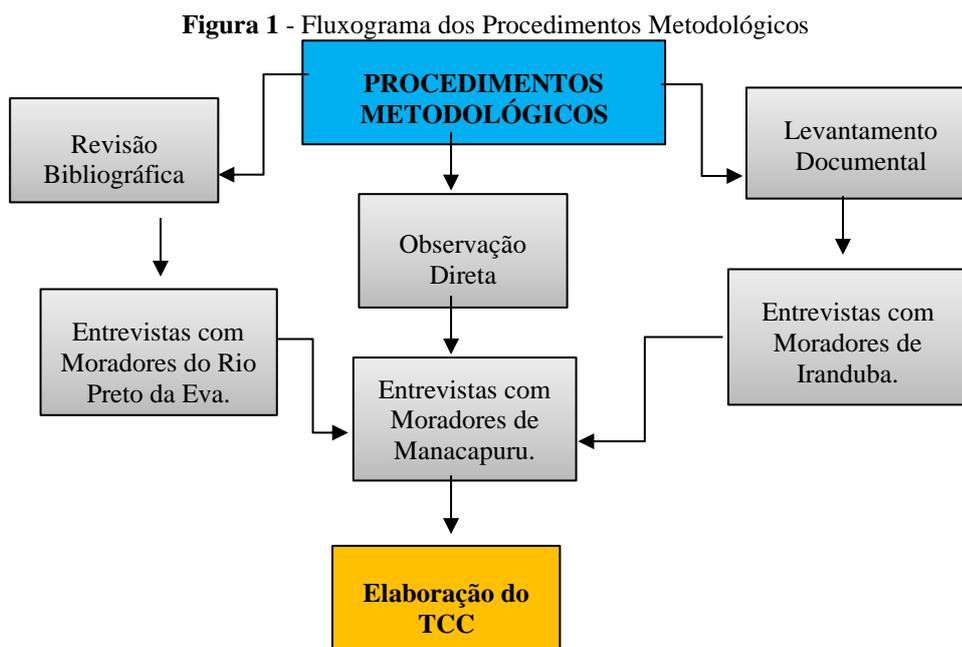
Documentos virtuais foram utilizados como e-mails, que foram enviados a todas as entidades policiais militares na busca por respostas quanto ao quantitativo policial militar nessas regiões, foram utilizados como outra forma de opcional na obtenção dessas informações contabilizadas e disponibilizadas apenas por esses órgãos.

Outro procedimento metodológico foram as entrevistas, que segundo Severino (2017, p. 125), "São aquelas que tem as questões direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário embora sem a impessoalidade deste". Neste trabalho esse procedimento foi empregado no intuito de averiguar a experiência de vida, bem como, obter relatos sobre a segurança pública dessas localidades, onde foram entrevistadas 20 pessoas em cada um dos municípios totalizando 60 pessoas moradores de diversas zonas dos municípios estudados.

Houve também a elaboração de questionário, conforme argumenta Severino (2017, p. 125), “Questionário é um conjunto de questões sistematicamente articuladas que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”. Nesta pesquisa foi aplicado um questionário socioeconômico com 10 questões sendo 04 (quatro) fechadas com informações pessoais e 06 (seis) abertas sobre a segurança pública em cada um dos municípios estudados.

Para o contexto atual dessas regiões, buscou-se uma análise que abrangesse a relação entre o espaço vivido e a segurança pública, não sendo destacada como uma problemática independente e sim fazendo parte de um todo para explicar sobre assuntos que envolvem criminalidade, quantitativo policial e a passa discutir essa territorialidade da segurança oferecida nesses municípios.

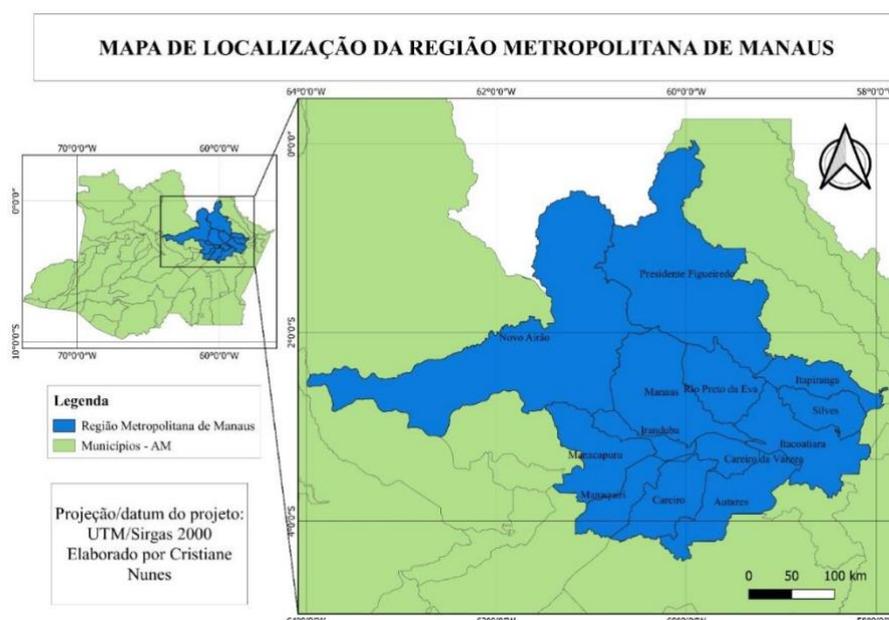
Considerando Lakatos e Marconi, (2003 pg. 107), “aborda que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano”, este método tem a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências sobre a territorialidade da segurança pública nos Município de Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva no Amazonas. Portanto, foram estes procedimentos realizados para o desenvolvimento da monografia (Figura 1).



Elaboração: RIBEIRO, N. M. 2022.

A Região Metropolitana de Manaus - RMM, no estado do Amazonas (Mapa 1), é constituída de 13 municípios, quais sejam: Autazes, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves. A população da RMM foi estimada em 2.766.492 no ano de 2021, correspondendo a 64,8% da população do Amazonas, cuja estimativa do respectivo ano ficou em torno de 4.269.995 pessoas, segundo os dados do IBGE (2021).

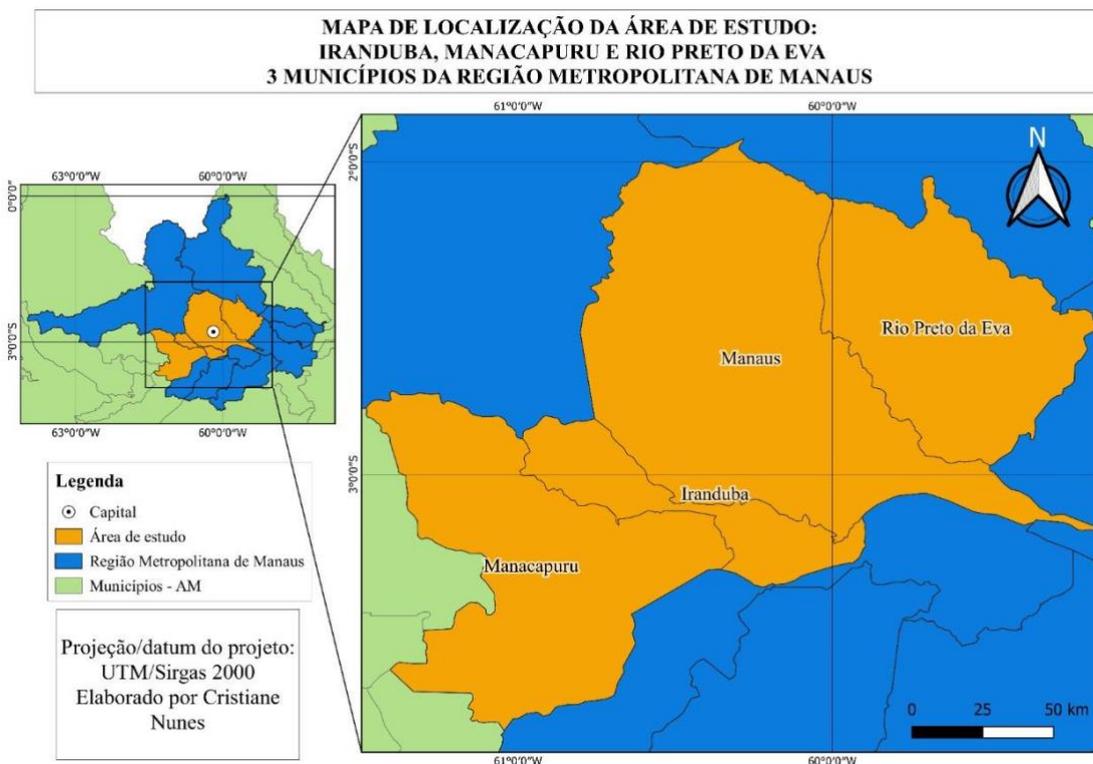
Mapa 1 - Localização da Região Metropolitana de Manaus – Amazonas



Fonte: NUNES, C. 2022

O recorte espacial da pesquisa compreende a três municípios da RMM-AM, Iranduba, Manacapuru e rio Preto da Eva, onde a área de estudo é detalhada no Mapa 2. Contudo é oportuno salientar que o município de Iranduba está situado a 20 km a Sul-Oeste de Manaus a maior cidade nos arredores, os habitantes se chamam irandubenses, segundo a Prefeitura de Iranduba, está a 54 metros de altitude, tem as seguintes coordenadas geográficas, com latitude $3^{\circ} 12' 4''$ Sul e longitude $60^{\circ} 10' 42''$ Oeste. O município se estende por 2.216,817 km², conforme IBGE (2021) a população estimada 49.718 pessoas, em 2021, e a densidade demográfica de 21,8 habitantes por km², em 2010.

Mapa 2 - Área de Estudo: Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva



Fonte: NUNES, C. 2022

Por conseguinte, Manacapuru segundo fontes do IBGE (2021) sua área territorial é de 7.336,579, está a 100 km de Manaus, em 2021 com a população estimada 99.613 pessoas, e densidade demográfica de 11,62 hab/km², em 2010. Sua localização é de latitude 3°17', 25,57" S e longitude 60°37', 53.71" O.

Em relação ao município de Rio Preto da Eva, está localizado a 58 km ao Norte-Leste de Manaus a maior cidade nos arredores, a 35 metros de altitude. Com as seguintes coordenadas geográficas, latitude com 2° 41' 55" Sul e longitude 59° 42' 3" Oeste. Segundo a Prefeitura de Rio Preto da Eva, o município se estende por 5.815,622 km² de área territorial, conforme o IBGE (2021) com população estimada em 34.856 de pessoas em 2021 e densidade demográfica de 5,7 habitantes por km², em 2010.

Esses três municípios foram visitados nos dias 25 e 26 de fevereiro e no dia 01 de março, onde foi possível realizar as pesquisas de campo com a aplicação questionário aos seus moradores e esses resultados estão descritos no capítulo seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Criminalidade no Estado do Amazonas

No final de 2019 a humanidade subitamente foi surpreendida com uma patologia que vitimou milhares de pessoas nos últimos anos no mundo, mudando o cotidiano das relações sociais submetidas ao lockdown, à fobia e a guerra contra um inimigo invisível. Como forma paliativa para combater esse inimigo as pessoas em todo o mundo foram obrigadas a aprender a conviver em isolamento social, a utilizar aparatos de proteção individual como máscaras, luvas, álcool em gel etc., até que a ciência viesse a encontrar uma vacina que trouxesse a imunidade suficiente, possibilitando à humanidade regressar à sua normalidade.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo de 7 março de 2022, o mundo alcançou na data desta matéria a lamentável marca de 6 milhões de mortes pela covid 19. No Brasil, segundo o site do Ministério da Saúde, até o mês de maio, com dados referentes ao ano de 2022, somam-se mais de 663.602 os números de óbitos ocasionados pelo coronavírus. No Amazonas, o site da Secretaria de Saúde do Amazonas, o número de mortes até o final de abril de 2022 chega a 14.172 pessoas que vieram a falecer em decorrência do contágio da coronavírus, o que paulatinamente vem decrescendo conforme aumentam o número de pessoas que tomam a sequência de doses da vacina imunológica.

Nem mesmo a comoção pela perda por entes queridos conseguiu fazer com que fatos como a criminalidade em suas diversas modalidades deixassem de acontecer, e sim, observou-se a metamorfose ocorrida com a adaptação do delito a esse cenário, como por exemplo os serviços de delivery utilizado por delinquentes que se transvestiam e praticavam crimes, o que demonstra que as estatísticas criminais diminuíram sua frequência, no entanto, sem extingui-lo do meio social.

Com o avanço nos estudos para que o enclausuramento deixasse de ser a única solução no mundo, a chegada da vacina trouxe um sossego momentâneo para o caos epidemiológico, sem retirar do cenário a existência do vírus, paulatinamente a sociedade mundial passa a retomar suas atividades econômicas e sociais.

No que tange às patologias sociais, percebe-se que os dados da criminalidade são alarmantes em todo o Brasil, todos os dias são apregoados aos cidadãos investimentos na segurança pública que perceptivelmente não satisfazem à seguridade prescrita em lei aos brasileiros. Segundo o anuário de segurança pública (2021, p.20) crimes como por exemplo, mortes violentas intencionais – MVI, somaram 50.033 no ano de 2020 e num balanço dos últimos

10 anos, o ano de 2017 foi o que teve o maior índice de mortes no Brasil, chegando a 64.078 mortes.

Tabela 1 - Números Absolutos da Mortes Violentas Intencionais - MVI

	Números Absolutos									
Estados da	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Região Norte										
Região Norte	3.303	5.833	5.902	6.261	6.742	7.422	7.872	8.074	6.454	6.644
Acre	148	189	215	204	234	368	530	417	296	294
Amazonas	1.102	1.160	985	1.201	1.447	1.189	1.285	1.234	1.172	1.116
Amapá	26	174	245	274	250	399	434	484	461	359
Pará	1.289	3.401	3.536	3.611	3.772	4.207	4.527	4.720	3.947	2.823
Rondônia	418	515	495	540	542	586	506	431	402	414
Roraima	60	72	107	78	102	212	211	384	219	184
Tocantins	280	322	319	353	395	461	379	404	407	454

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

Na hierarquia regional (Tabela 1), o Amazonas fica em 2º lugar com 1.116 mortes no ano de 2020, em destaque na tabela na cor laranja, conforme o anuário de segurança pública (2021, p. 20), no cometimento de crimes de mortes violentas intencionais – MVI, atrás do estado do Pará que teve 2.823 mortes no ano de 2020, em destaque na tabela na cor azul.

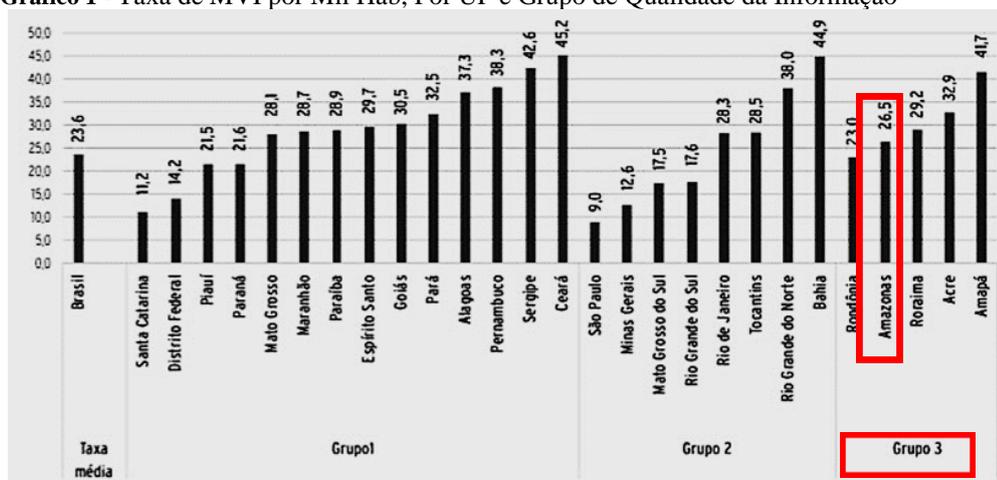
Entretanto, ressalta-se que proporcionalmente a criminalidade nos dois estados estavam equiparadas, considerando que neste respectivo ano as estimativas populacionais para os dois estados (IBGE, 2020, p.1) eram respectivamente: no Pará havia 8.690.745 pessoas e o percentual de mortes violentas intencionais ficou em torno de 0,03%, enquanto no Amazonas o quantitativo populacional correspondia a 4.207.714 de pessoas e o percentual de 0,026% deste tipo de criminalidade. Na última década o ano com o número mais significativo de mortes intencionais segundo este periódico foi o ano de 2015 com cerca de 1.447 mortes intencionais no estado.

Levando em consideração as informações do anuário de segurança pública (2021, p. 21), encontramos uma classificação de unidades da federação - UF, onde são categorizados 3 (três) grupos que se baseiam na qualidade da informação e o ranking de divulgação das regiões na coleta de dados mais confiáveis nesses estados, entre os anos de 2019 e 2020. Essa hierarquia inicia-se partindo do grupo 1, onde são relacionados estados que possuem boa qualidade e informações confiáveis, passando para o grupo 2, que em seu bojo traz dados razoavelmente

fidedignos, no entanto, trazem problemas de natureza conceitual na forma de organização e divulgação dos dados desses estados (figura 4).

O grupo 3, no qual está inserido o estado do Amazonas, que em seu sistema não permite uma avaliação da procedência e a transparência de seu banco de dados. Quanto às informações subnacionais se entende que os dados mencionados relacionam essas categorias de grupos para exemplificar as localidades, pois estados do grupo 1 investem na atualização de seus sistemas de dados, enquanto outros mesmo sem fontes fidedignas expõem seus resultados.

Gráfico 1 - Taxa de MVI por Mil Hab, Por UF e Grupo de Qualidade da Informação



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

Por serem categorizadas essas amostras, nota-se que demonstram a importância de pesquisas desse porte, assim como, a necessidade do compartilhamento de informações fiéis oriundas de banco de dados da segurança pública dessas regiões sobre a tipificação desses crimes e suas ocorrências, haja visto, as informações coletadas podem virar estudo de caso para possíveis planejamentos e ações governamentais direcionadas à problemáticas encontradas nos recortes espaciais adotados.

A violência reverbera em todas as unidades federativas no país, e consequentemente na região norte, que vive esta realidade em seus 9 (nove) estados, dentre os quais podemos citar o estado do Amazonas com destaque nacional devido ao elevado índice de criminalidade, principalmente em sua capital Manaus, conforme os dados do sistema de segurança pública de cada região. O resultado de um levantamento a respeito do número de morte no ano de 2021, virou destaque em uma matéria de 22 de fevereiro de 2022, no site do G1, que traz em uma de suas matérias com o seguinte título: AM tem a maior taxa de mortes violentas do Brasil; SP tem a menor, afirmando o seguinte em sua redação:

Após registrar um aumento de 54% no número de assassinatos, o Amazonas se tornou o estado com maior taxa de mortes violentas do país em 2021. Foram 36,8 vítimas para cada 100 mil habitantes. Na outra ponta da lista está São Paulo, com 6,6. É o que mostra

o índice criado pelo g1, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da USP, baseado em dados dos 26 estados e do DF (G1, 2022, p.1).

Outra matéria publicada no site G1, no dia 21 de fevereiro de 2022, relata que a região norte foi a única a registrar um aumento no número de mortes intencionais em 2021, alcançando o número de 5.448 vítimas de assassinatos, um aumento de 10% referente ao ano, essa redação discorreu sobre fatos que corroboram com o estudo sobre o grau de violência nas regiões onde foram feitos esses levantamentos, que levam em consideração o número de mortes registradas pelos órgãos vinculados à segurança pública nessas regiões, que são resultado de processos delituais consequência das mazelas sociais, ao tráfico de drogas, as facções que exercem o poder paralelo e vêm fazendo o papel do estado proporcionando a infraestrutura básica onde atuam etc.

Dessa forma, o cenário visto pela sociedade não apenas em regiões específicas é de guerra, cada vez mais o crime toma conta das diversas esferas sociais, devido a uma economia que beneficia uma classe social em detrimento de outra, que dada suas limitações ao acesso ao mínimo de condições de sobrevivência são recrutados pelo crime cada vez mais organizado para obedecerem a um poder paralelo que vem se alastrando na sociedade, impondo a desordem social e refutando tradições dos princípios normativos prescritos na carta magna do país.

4.2 Tipologia do Crime na Região Metropolitana de Manaus

Desde que a humanidade se tornou sedentária e passou a viver aglutinada, atitudes isoladas de alguns indivíduos deturparam a paz social o que causava repulsa na maioria dos indivíduos, que mediante a isso convencionaram um código que regulamentasse o que eram consideradas as virtudes e os bons costumes desta sociedade.

Ideias individuais contrárias a essas normas originam o crime, partindo de atitudes depreciativas e que causavam a aversão à sociedade, o que exigiu regulamentar leis que viessem a tornar banal esse tipo de conduta. Os criminosos desde outrora vêm remodelando suas técnicas acompanhando os avanços das eras vindouras, mudando seu cenário, surgem novos sujeitos, sem mudar as escalas territoriais (local, regional, global) em que ocorrem.

Quanto ao crime, segundo Dornelles (2017, p.10) este é “inserido na vida humana e social, o crime é uma experiência que todas as pessoas viveram ou viverão seja como vítima, seja como autor.”, o que demonstra que a teoria se confirma na realidade, haja visto, na atualidade o que parece é que quem vive preso são os considerados “cidadãos de bem”, pois vivem acuados, aprisionados e com medo do que pode acontecer em meio às relações sociais em seu cotidiano que de sobressalto podem vir a serem vítimas de algum crime ou violência. São vários os tipos

de crimes violentos que estão presentes na sociedade e vitimizam todas as faixas etárias – crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Formalmente, o crime é uma conduta (ação ou omissão) contrária ao direito, a que a lei atribui uma pena. Porém, dizer que crime é conduta contrária ao direito, implica em conhecer quais são os critérios que levam o legislador a incluir esta ou aquela conduta no rol das incriminações, (PANUCCI 2004, p.14). “A criminalidade faz parte de nossa sociedade moderna, sendo que, crime é, antes de tudo, um conceito legal, podendo definir-se por todo o comportamento humano punível, segundo o direito criminal” (PANUCCI 2004, p.14).

Discutir sobre esses fenômenos sociais crime e criminalidade, primeiramente é preciso saber sobre suas definições (tabela 2), pois isso nos reporta a apreender sua regulamentação, o crime que conforme a lei de introdução ao Código Penal, em seu Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941, em seu “Art. 1º Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; [...]”, uma forma de regulamentar, coibir e punir as ações de indivíduos que por algum motivo trilham pelos caminhos da criminalidade.

No entanto podemos atribuir a este fato a máxima “poucos têm muito e muito tem pouco” ocasionando a deturpação da índole do desafortunado agindo por instinto de sobrevivência, de necessidades não supridas. Ainda conforme Mellin Filho (2011, p.65) assevera: “O crime nada mais é que um ato ou conduta praticada pelos indivíduos, fruto da maldade e liberdade humanas, que macula certos sentimentos coletivos, sendo, pois, impossível se evite sua ocorrência”, não podendo, segundo este autor, ser considerado como uma doença ou um mal excepcional, e sim algo que faz parte da sociedade o que impede de ser considerado uma anomalia social.

Existem meios utilizados para medir o grau de violência de uma região realizados pelos órgãos atrelados ao sistema de segurança pública no país, calculando-se a quantidade de mortes num determinado período, isso não significa que não sejam significativas as outras variedades de crimes ocorridas no país, em cada qual com as suas variâncias quanto ao tipo e a ocorrência.

Todas as esferas de poder no país se mobilizam, por meio de seus mecanismos coercitivos, para combater o poder paralelo que vem a cada ano aumentando sua territorialidade, infringindo as leis existentes em nossa carta magna, com princípios implícitos como os valores éticos, a moral e os bons costumes. As organizações criminosas forçam a imposição de uma inversão dos valores, resultado da ausência do estado na prestação de serviços às comunidades e da segregação social imposta pelo sistema econômico vigente, com o aval do Estado.

Essas anomalias sociais não são exclusividades de apenas uma região do país, e sim, uma realidade que se propaga por todo o território da federação, cada vez mais tem investimentos na prevenção e penalidade aos que aos que infringem as normas existentes. As preocupações a respeito da criminalidade no país se deram no final do século passado como Riccio et al (2017, p. 101) discorre que a “A violência é um grave problema na agenda nacional e o seu crescimento nas principais regiões metropolitanas do país pode ser observado a partir da década de 1980”, relacionada às condições sociais, ineficácia do sistema de justiça criminal, populações em situações de risco e o aumento do tráfico de drogas (RABELLO, 2013 apud RICCIO et al 2017, p.101).

Entre os estados que ocupam lugar de destaque no quesito violência está o Amazonas, com um aumento significativo nos últimos anos como já citado em capítulos anteriores. A secretaria de Segurança Pública do Estado Amazonas, divulga todos os anos à sociedade, pelos meios de comunicação, o índice de criminalidade no estado tais como: homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, roubo, furto, feminicídio, estupro, roubo, furto e recuperação de veículos, violências (doméstica, contra a criança, adolescente e idosos) e desaparecidos.

No estado do Amazonas a maioria dos crimes são concentrados na região metropolitana de Manaus, destarte que certos crimes passam a fazer parte do rol da tipologia criminal nesta região.

Tabela 2 - Definições dos Tipos de Crimes no Amazonas

CRIMES	DEFINIÇÃO
Homicídios	“Art. 121. Matar alguém. BRASIL (2017)
Roubo	“Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência [...]” BRASIL (2017)
Furto	“Art. 155. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.” BRASIL (2017)
Latrocínio	“Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.” BRASIL (2017)

Fonte: BRASIL, (2017) Organização: RIBEIRO, N. M., 2022.

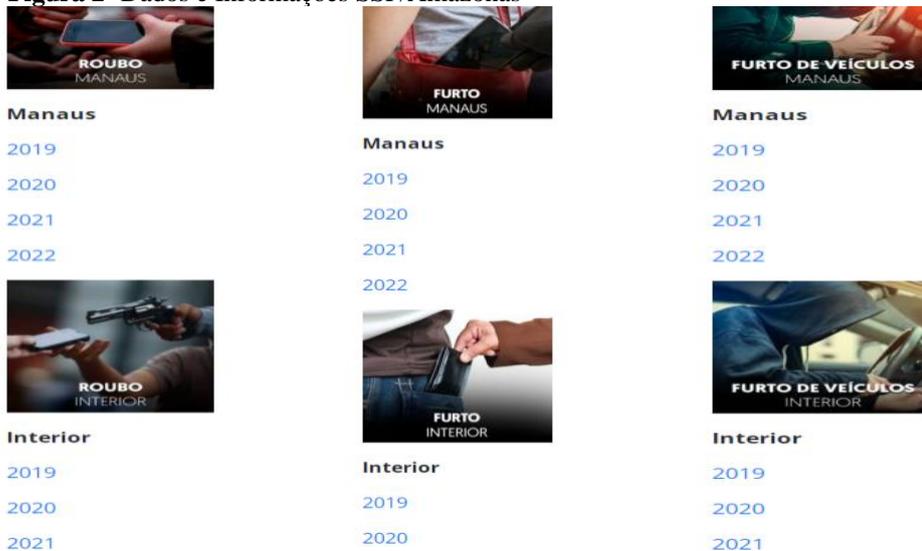
Informações no site da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, afirmam que houve no estado do Amazonas os seguintes crimes descritos na Tabela 3:

Tabela 3 – Tipos e Quantidades de Crimes no Amazonas em 2021

CRIMES NO AMAZONAS EM 2021	
TIPOS CRIMES	QUANTIDADE
Homicídios	1.060
Latrocínio	44
Roubos	37.651
Furtos	31.806
Roubo de veículos	2.235
Furtos a veículos	1.170
TOTAL	73.966

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado Amazonas, 2021.

Com relação ao roubo e furto de veículos apresenta-se dados de forma específica dentro do site da Secretaria de Segurança Pública – AM, (Figura 2), pois existe uma delegacia especializada para investigar esses casos e os dados disponíveis no ano de 2021, para o roubo de veículos são de 2.235 e de furtos são 1.710, automóveis furtados, e nessa perspectiva de entender que os crimes com o maior número de ocorrências no estado do Amazonas são os roubos e em segundo lugar os furtos.

Figura 2- Dados e Informações SSP/Amazonas

Fonte: SSP, (2022) Organização: RIBEIRO, N. M., 2022.

Um dos dados não relacionados nos levantamentos dos crimes no estado do Amazonas pela SSP-AM em sua estatística anual é o tráfico de drogas e o consumo de entorpecente, que se tornou “o câncer” da sociedade, engendrando organizações criminosas, cujos membros são recrutados na maioria das vezes pelas classes sociais mais humildes, devido à falta de oportunidades, e esses membros passam a cumprir ordens dos chefes dessas facções criminosas, que vem cometendo o homicídio de pessoas por motivos torpes, e isso muitas vezes acabam lhes custando a sua liberdade ou até mesmo a própria vida.

No Amazonas a história se repete, são constantes as ações de repressões, ou seja, utilização da força necessária, contra o crime organizado com o intento de combater no estado contra os indivíduos que personificam o crime.

Segundo dados levantados pelo site G1, Amazonas, 11 de fevereiro de 2021, noticiaram o recorde de apreensão de entorpecente com mais de 19 mil toneladas no ano de 2020, um crime que traz em seu cerne a desestrutura social impactando diretamente nas relações sociais com suas imposições criminosas, devido à ausência de ação do estado, onde as pessoas sofrem com o descaso, com a falta de condições de uma vida digna, de renda, de trabalho etc.

Este crime citado na reportagem encontra aparato nas organizações criminosas, que são enriquecidas por meio da comercialização de entorpecentes, e por estes são cumpridas as ordens dos chefes de facções, que culminam em crimes cada vez mais audaciosos, e por conta disso efetiva suas ações contra uma sociedade acuada mediante intentos do exército de malfeitores aliado a essas organizações.

Essas pessoas que praticam crimes consideram-se vítimas da sociedade, pelo fato de terem sido moldadas por um processo de segregação social, ao ponto de suas necessidades básicas serem supridas por facções criminosas, formadas por indivíduos rejeitados pelo sistema, cujo as ações são reprovadas pela sociedade, custando-lhes sua dignidade social, e assim, o pandemônio do crime se espalha em todo território brasileiro

4.3 A Territorialidade da Segurança Pública nos Município de Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva no Amazonas

Em busca de resultados científicos e práticos a respeito da territorialidade da Segurança Pública nos Município de Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva no Amazonas, foi realizado a prática de campo dentro da Região Metropolitana de Manaus, tendo pontos estratégicos para análise e coleta de dados:

- ✓ Município de Iranduba;

- ✓ Município de Manacapuru;
- ✓ Município de Rio Preto da Eva.

A dinâmica desta pesquisa consistiu na análise do questionário aplicado nos três municípios, para abordar sobre a temática da territorialidade, onde se partiu do pressuposto de que analisando a dinâmica urbana das regiões citadas anteriormente, por meio do avanço do fenômeno urbano nos municípios da Região Metropolitana de Manaus e sua historicidade que envolve a relação entre o urbano, a urbanização nesses municípios e o sistema de segurança pública e suas práticas.

Para se chegar aos resultados foi possível realizar o diálogo buscando entender sobre o modo de vida das pessoas dessas localidades, para assim podermos contextualizar quanto à segurança pública da região analisada. Os benefícios e os malefícios trazidos com a urbanização para a realidade desses povos, sendo verificada com as respostas às perguntas pré-estabelecidas, e a partir de então obter um prognóstico distinto de cada localidade, com isso poder confrontar esses dados obtidos, demonstrando a ocorrência de crimes comuns nessas regiões, baseando-se na análise das informações coletadas dos moradores entrevistados, registro de imagens e a observação das atividades policiais.

Sobre os dados do questionário, foi possível coletá-los durante a visita de campo, para obter por meio de entrevistas as ocorrências da criminalidade na RMM, e informações conseguidas in loco, por intermédio de diálogos com pessoas que vivenciam o avanço urbano, e consequentemente as problemáticas da criminalidade nas regiões.

O contexto sociocultural caminha junto com os fenômenos da produção do espaço urbano e da urbanização, sendo necessário conhecer a dinâmica da sociedade a partir da dinâmica urbana que influencia até a organização social da população rural e identificar como a segurança pública atua nesses lugares.

Considerando que os fatores socioeconômicos são preponderantes, no que diz respeito à oferta de emprego, obtenção de renda, vida digna, moradia, educação, saúde etc. Quando a atividade econômica e o Estado não os garantem, a sociedade entra em crise, possibilitando disseminação de vários tipos de crimes. Assim, o Estado entra com um outro recurso, nem sempre satisfatório que é a atuação dos agentes de segurança pública. Neste sentido, a situação de carência da maioria da população corrobora para os índices de criminalidade como forma de suprir suas necessidades.

4.3.1 Cidade de Iranduba: Caracterização da Criminalidade

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Iranduba está situado a 20 km a Sul-Oeste de Manaus, os habitantes se chamam irandubenses, segundo o site da Prefeitura de Iranduba (Figura 3). Na localidade foram entrevistados 20 (vinte) pessoas, no dia 26 de fevereiro de 2022. Entre as pessoas que aceitaram participar da pesquisa 6 (seis) autônomos, 2 (dois) taxista, 2 (dois) estudantes, 2 (dois) vendedores, 1 (um) jardineiro, 1 (uma) doméstica, 1 (um) peixeiro, 1 (um) pintor, 1 (um) caixa de mercado, 1 (uma) professora, 1 (um) ajudante de carga e descarga e 1 (um) pedreiro.

Figura 3 - Aplicação de Questionário I – Iranduba-AM



Fonte: SILVA, M. R. 2022.

Discorreram quanto a segurança pública na localidade como algo que precisa de reformulação, pois mais da metade dos entrevistados já foram vítimas de um crime, dos 20 entrevistados, 15 já foram assaltados, o que mais chamou atenção foi que a maioria dos entrevistados foram vítimas de crimes como roubo e furto.

Sobre a questão de não ter sido acometido de crimes, percebe-se que a cada 5 (cinco) entrevistados somente 1 (um) não havia passado por essa situação. Quanto a resposta afirmativa para a mesma pergunta é possível relatar que mais de 10 (dez) pessoas já presenciaram algum

tipo de crime. E os crimes que os entrevistados já vivenciaram e também presenciaram foram os relacionados ao roubo e ao furto na localidade, haja visto que os próprios moradores da região não sabiam diferenciar o que é roubo e o que um furto. E na opinião dos entrevistados as causas da criminalidade estão diretamente relacionadas ao tráfico de drogas em sua maioria, e logo depois foi citado a falta de oportunidades, pois o desemprego é uma realidade presente no município estudado.

Outras causas apresentadas foram a violência, a falta de aprendizagem nas escolas (falta de educação), falta de políticas públicas de segurança para o município, o abandono familiar, devido à falta de caráter e amizades erradas. Ainda segundo uma moradora dona de um comércio na localidade, atrelou as condições aos policiais militares dizendo:

Polícia, porque? Trabalha 1 por 1 e folga 3, andam no carro só passeando, no ar condicionado, e quando preciso não presta atenção, principalmente à noite, não tem e falta a abordagem a noite, é falta de polícia, é falta de respeito, se achando superior a população, com farda se acham os maiores. (ENTREVISTADA 1)

Com relação a falta de policiamento e as questões relacionadas à segurança pública da cidade, os moradores citaram a falta de projetos sociais, que possam envolver os policiais e a população, trazendo assim uma maior confiabilidade diante dos problemas como a criminalidade na localidade a exemplo do projeto Proerd, que segundo os moradores não tem mais sido desenvolvido.

Segundo entrevista com moradores do Iranduba, no dia 26 de fevereiro de 2022, referente à pergunta de como os moradores consideram a atuação da Polícia Militar do Amazonas, no seu bairro ou região, foi respondido:

Quando as escolas pararam veio também o desemprego, a desocupação, muita gente sem fazer nada, e veio a onda de criminalidade né, e para piorar teve a falta de policiais, pois os que tem aqui fizeram o possível para atender a demanda das necessidades da população, mais a péssima atuação da segurança é relacionada a questão de política pública eles não estão fazendo o seu papel (ENTREVISTADA 2)

E por fim na opinião dos entrevistados quando se trata de quais os problemas enfrentados pela polícia que influenciam no seu desempenho? Os moradores responderam que a falta de políticas públicas tem atrapalhado a atuação dos policiais e também a corrupção existente na corporação.

Figura 4 - Aplicação de Questionário II – Iranduba



Fonte: RIBEIRO, N. M. 2022.

4.3.2 Ponte Jornalista Phelippe Daou: Ligando os Lugares, a Sociedade e seus Problemas

A Ponte Jornalista Phelippe Daou, mais conhecida como Ponte Rio Negro, conecta Manaus às cidades de Iranduba e Manacapuru. Segundo Santos (2008, p. 105), esse produto é um meio da estruturação presente nesse espaço metropolitano regional e que faz parte da rodovia Manoel Urbano (AM-070), foi inaugurada no dia 24 de outubro de 2011, sendo considerada a maior ponte fluvial e estaiada do Brasil (Figura 5), com 3.595 metros de extensão, a obra custou R\$ 1,099 bilhão (R\$ 586 milhões do BNDES e R\$ 513 milhões do Governo do Amazonas), segundo o Governo do Amazonas,(2011) a Ponte Jornalista Phelippe Daou possibilita a expansão urbana da capital para os municípios de Iranduba e Manacapuru.

Figura 5 - Ponte Rio Negro Manaus – Iranduba no Amazonas



Fonte: SILVA, M. R. 2022.

Sendo um dos grandes objetos que proporcionaram a urbanização regional para a expansão da economia de fronteira. Afirma Santos (2008 p. 105), “como a Região Concentrada ou o Nordeste, nas quais a extensão urbana através do processo de conurbação e da criação de malhas de mobilidades da urbanização regional”. Então esse grande objeto, a ponte, se apresenta como uma produção que proporciona maior relação social e econômica, e Manaus torna-se o espaço do mandar e suas adjacências espaços do fazer.

Os grandes objetos são as grandes coisas artificiais, produtos da história dos homens e dos lugares, localizados no espaço, criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido e localizado da forma adequada para que se produzam os resultados que dele se esperam. Instalados para obedecer a uma lógica que é muitas vezes estranha aos lugares onde se instalam acabam por criar também uma nova forma de alienação. Esses objetos obedecem a funcionalidades extremas, que não são puramente mercantis, mas também simbólicas, constituindo assim claras diferenças entre os "espaços do mandar" e os "espaços do fazer" (SANTOS, 2008, p. 105)

Porém, a ponte é vista sob duas perspectivas, no ponto de vista metropolitano, viabiliza e possibilita o deslocamento aos municípios de Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva. Na perspectiva dos moradores entrevistados o objeto (Ponte Rio Negro), tem possibilitado o deslocamento de criminosos ocasionando uma onda de criminalidade nas regiões estudadas, e diante disso a SSP-AM precisa viabilizar ações para inibir a prática criminosa.

Destarte que a arquitetura monumental da passagem sobre o rio negro construída foi um imenso progresso que trouxe acesso rodoviário a esses municípios que antes eram acessados apenas por rota rodoviária, e com isso, uma pequena parcela do cotidiano da metrópole vivida, a partir de então, no cotidiano desses municípios da RMM, permeado pelo progresso e suas mazelas que romperam não apenas o panorama de uma sociedade rural, como também a paz dos moradores com o aumento da criminalidade. Quanto as mudanças decorrentes desse avanço urbano, Costa (2013, p. 4) afirma que:

[...]Contudo, ao longo dos primeiros 12 meses de rompimento da descontinuidade espacial, com a utilização da passagem sobre o Rio Negro (Ponte), constatou-se que apesar da nova realidade do ponto de vista de uma ligação direta com a metrópole, as cidades de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, na região metropolitana de Manaus, também passaram a conviver com o aumento da criminalidade.

Essa nova roupagem oriunda do avanço urbano remodela, não apenas os aspectos físicos, assim como as relações sociais desses municípios. Houve sim notórias mudanças nos diversos setores sociais, no entanto, a população foi pega de sobressalto com o aumento da criminalidade, ações delituosas que usurpou a paz que antes pairava nessas localidades. É discorrido por Costa (2013, p. 4) que “Este rompimento da descontinuidade espacial gera outros problemas, como os relacionados ao tráfico de drogas”, crime que faz parte da realidade desses municípios, que é bastante combatido, no entanto, é escasso o acesso as estimativas e os planejamentos estratégicos de combate a esse crime pelos órgãos de segurança pública.

É passível de se concordar com o discorrido por este autor, haja visto, por vivência policial, nota-se que a maioria dos crimes estão atrelados aos mandos dos chefes de facções criminosas, que por meio de suas organizações aumentam sua territorialidade aquém da alcançada pelo estado, por meio de seus órgãos representativos. Ocorre que anomalias sociais podem estar vinculadas à má gestão, tendo como resultado por exemplo o desemprego, a ociosidade de jovens e adultos direcionam essas pessoas ao vício por entorpecentes desprendendo-as da sua realidade, fazendo-as acreditar que o poder paralelo que vem tentando se formalizar seja nutrido pelos delitos desses infratores.

4.3.3 Panorama da Criminalidade em Manacapuru

O município de Manacapuru foi fundado em 1786, e se origina de uma aldeia de índios muras (Figura 6). A estrada que leva até a área também é a ponte sobre o Rio Negro que dá acesso ao município, onde no dia 01 de março de 2022 foi realizada a entrevista na localidade. Foram entrevistadas 20 (vinte) pessoas, sendo em sua maioria assalariados, 2 (duas) vendedoras, 1 (uma)

recepcionista, 2 (dois) ajudantes de pedreiro, 2 (dois) mototaxista, 1 (um) estoquista, 2 (dois) estudantes, 1 (um) agricultor, 1 (um) cozinheiro, 1 (uma) professora, 1 (um) motorista, 4 (quatro) trabalhadores autônomos, 2 (dois) não responderam a profissão.

Figura 6 - Aplicação de Questionário – Manacapuru



Fonte: SILVA, M. R. 2022.

Sobre a pergunta: Você já foi assaltado? A resposta foi que dos 20 entrevistados, 12 pessoas assinaram sim e 8 pessoas assinaram não. E os crimes mais citados pelos moradores entrevistados foi o roubo que apareceu em 16 dos 20 questionários. Entre os crimes já presenciados pelos entrevistados, também foi o roubo que mais apareceu.

Sobre as causas da criminalidade segundo os entrevistados, foi possível considerar falta de segurança pública, falta de educação, falta de emprego, facilidade de emprego no tráfico, falta de investimento na segurança, falta de caráter, dependência química, roubo para sustentar a família, alto índice de drogas. Segundo a Entrevistada 3 “A falta de emprego, a falta de incentivo com bons salários, o prefeito deveria investir em guarda municipal, iluminação pública, pois os apagões nos bairros ajudam na ação dos malfeitores”.

Ao abordar sobre como é a atuação da Polícia Militar do Amazonas, no seu bairro ou região? Os moradores falaram sobre a falta de leis mais rígidas para uma boa atuação dos policiais militares e a falta de segurança pública diante do que foi exposto, segundo os entrevistados os problemas enfrentados pela polícia que influenciam no seu desempenho são a

falta de investimentos em viaturas, quantitativo policial, fazendo com que os policiais que tem a missão de proteger o cidadão, de combater o mal, de gerenciar crises, de aconselhar e evitar os crimes, regulando as relações sociais possam realizar suas funções satisfatoriamente.

Figura 7 - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) – Manacapuru



Fonte: Facebook, Proerd Manacapuru. 2022.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd), em Manacapuru é mais atuante, na atualidade o programa faz um trabalho de prevenção ao uso indevido de drogas, valorização da vida, da família e ensina valores importantes para crianças e adolescentes, programa desenvolvido pela pelo 9º batalhão de policial militar no município de Manacapuru com o intuito de não deixar que seja disseminado o uso de entorpecente no município.

Segundo o site da Polícia Militar do Estado do Amazonas, a ideia surgiu de um programa idêntico iniciado em Los Angeles na década de 80 – USA, com o nome de D.A.R.E. – Drug Abuse Resistance Education (Educar para Resistir ao Abuso de Drogas como estratégia de enfrentamento aos crescentes índices de consumo de drogas e violência, verificados nas escolas daquela cidade.

Ainda segundo esse site, no Brasil, foi utilizado a primeira vez no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, recebendo o nome de PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, sendo adaptado e aplicado à realidade brasileira. No Amazonas esse programa foi aplicado pela primeira vez no Amazonas no ano de 2002, reverberando esse modelo usado na capital, nos municípios na intenção de trazer resultados relevantes quando ao empenho desses jovens em atividades que não os deixe ociosos ao ponto de encontrar no crime oportunidades de sobrevivência.

4.3.4 A Criminalidade na Cidade de Rio Preto da Eva

O município de Rio Preto da Eva, está localizado na Rodovia Torquato Tapajós ou também chamada de Deputado Vital de Mendonça (AM 010), estrada que liga a capital a esta região. Esta pesquisa de campo teve início no dia 25 de fevereiro de 2022, neste recorte espacial fora aplicado questionário socioeconômico aos moradores do município. Foram realizadas perguntas também sobre a segurança pública e da criminalidade (Figura 8).

Entrevistou-se 20 (vinte) pessoas, a maioria assalariados, 2 (dois) chapeiros, 2 (dois) frentistas, 2 (dois) funcionários públicos, 1 (um) comerciante, 1 (um) feirante, 1 (um) agente de posto, 1 (um) vigilante, 1 (um) montador de móveis, 2 (dois) operadores de caixa, 1 (um) atendente, 1 (um) vendedor, 1 (um) serviços gerais, 1 (um) auxiliar administrativo e 3 (três) trabalhadores autônomos.

Figura 8 - Aplicação de Questionário - Rio Preto da Eva



Fonte: SILVA, M. R. 2022.

Alguns comerciantes também se prontificaram em responder o questionário. Dentro dessa perspectiva, alguns moradores relataram que já sofreram com a criminalidade na localidade (8 dos 20 moradores), e 1 (uma) pessoa não quis responder e as outras 11 (onze) pessoas não foram

vítimas de nenhum tipo de crime. Foi possível identificar, por meio das respostas ao questionário, os crimes mais frequentes no município, o roubo e o furto.

Quanto aos crimes já presenciados foram respondidos o roubo também, e sobre a opinião dos entrevistados em relação à questão: quais são as causas da criminalidade? Os moradores foram bem práticos e responderam, as drogas, a falta de educação, pandemia, desemprego, problemas sociais e pessoas com tendência para criminalidade.

Sobre a atuação da Polícia Militar do Amazonas, no seu bairro ou região dos entrevistados, é possível discorrer que a maioria se sente insatisfeito com a referida atuação. Por fim, quanto aos problemas enfrentados pela polícia que influenciam no seu desempenho, a resposta dos entrevistados foi que a falta de investimento é o maior problema ao desempenho da polícia na localidade. Quando se fala em ações do estado, foi possível perceber que as pessoas no Rio Preto da Eva não sabiam o que realmente atrelar a polícia militar, alguns entrevistados ainda abordaram sobre o assunto, se referindo a falta de gestão da segurança pública.

Se eu pudesse justificar a falta de estrutura é que teve início que aqui não tinha policial militar e agora eu acho que tem que botar mais armas para a polícia militar, para se entender sobre a segurança. Pois nesse lugar né, é o nosso futuro, o nosso espaço, e que você percebe que é preciso que eles possam identificar essas falhas né. (ENTREVISTADO 4).

A apesar da maioria das pessoas entrevistadas apresentarem um nível médio completo, a falta de acesso às informações também prejudica na hora da escolha de seus representantes e que acarreta problemas no próprio município. O programa citado como estratégia de resolução da crescente da criminalidade, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), vem atuando de forma contínua na região (Figura 9), onde fazendo uma discussão crítica sobre esse projeto, se tem a falta de constância na realização de atividades que envolva a comunidade em geral com a polícia militar, percebe-se assim o anseio dessa comunidade por um olhar voltado para o futuro dos jovens, para que não sejam recrutados pelo crime, pedindo assim que se oportunize meios para que eles possam ser inseridos na sociedade,

No caso dessa discussão, um morador desse município lembrou que ano de 2019 ainda viram algumas ações do projeto desenvolvidos pela polícia militar dessa localidade, que foi de grande valia para a comunidade pois mostrou outros meios de ocupar esses jovens ao invés de deixá-los perambulando nas ruas das cidades, porém na atualidade não é representado nas instituições de ensino.

Figura 9- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) – Rio Preto da Eva



Fonte: Site da Polícia Militar do Amazonas, 2019.

Neste questionário alguns moradores entrevistados abordaram sobre algumas justificativas para a problemática da criminalidade na localidade, onde a criminalidade, assola o nosso país, e essa onda de criminalidade que é oriunda das mazelas da sociedade, como a inversão de valores e as desigualdades sociais, no cerne de um contexto capitalista que beneficia a uns que servem aos interesses desse sistema, segregando e marginalizando a outros com menores oportunidades.

4.4 A Migração Temporária dos Policiais Militares

A polícia militar do estado do Amazonas tem representantes nos mais distantes rincões deste estado, com o intuito de fazer valer a segurança e os direitos dos cidadãos amazonenses. Atualmente essa instituição possui nas fileiras militares o efetivo de 8.236 policiais na ativa, segundo relação de funcionários exposta no portal da transparência do governo do estado do Amazonas.

A matéria exposta pelo portal UOLNOTÍCIAS (2017) o Amazonas naquela ocasião possuía um efetivo de 9.195 policiais, quando na realidade deveria contar com um efetivo com mais de 14 mil homens para que a missão de proporcionar segurança ao cidadão pudesse ser melhor cumprida por essa instituição.

Nota-se por experiência policial que o aumento do número de crimes está relacionado ao crime organizado no país, espreado-se por todos os municípios do Amazonas e tem como

carro chefe o tráfico de drogas, já faz parte da realidade desses municípios com representantes das facções.

Essas organizações vivem em guerra constantemente por território para que seus faccionados, esse que se considera de uma facção x ou y, e cumprem as ordens do “chefe da facção”, exerçam sua territorialidade, conquistada entre essas representações faccionais em meio a confrontos onde os moradores ficam acuados, e tem seus direitos usurpados por causa desse poder paralelo que vem cada vez mais se fortalecendo em sociedade, motivo pelo qual a polícia é o único meio de não permitir que o caos se estabeleça.

A realidade é que o efetivo policial militar nestes municípios se torna desproporcional quando o número variado de ocorrências é superior a esse quantitativo ou quando algumas ocorrências exigem treinamento e material específico para operar, daí parte o deslocamento imediato do efetivo policial da capital, sem muita burocracia com o intuito de restabelecer a ordem, seja da tropa convencional ou do efetivo de policiamento especializado conforme a modalidade do crise que se instaura.

No ano 2000, a Lei Estadual nº 2591 de 04/01/2000, normatiza em seus artigos: “Art. 1º - O efetivo da Polícia Militar do Amazonas fica fixado em 10.000 (dez mil) policiais militares”, destarte que anos se passaram e esse número nunca foi uma realidade. A Lei nº 3793 de 27/08/2012 revogou a Lei nº 2591 e instituiu a seguinte normatização: “Art. 1.º O efetivo da Polícia Militar do Amazonas fica fixado em 15.000 (quinze mil) Policiais Militares”, outra utopia jamais alcançada por esta instituição, haja visto, na atualidade não chegou a 9 mil homens na corporação

É notável a defasagem no quadro de policiais militares no estado do Amazonas, consequência do crescimento populacional das últimas décadas, por esse motivo se faz necessário o envio de frações do efetivo de policiais da capital para garantir a segurança de forma proporcional nesses municípios que fazem parte da região metropolitana.

O índice de criminalidade nessas localidades se tornou desproporcional ao efetivo policial alocado nessas regiões, dados do site da Secretaria de Segurança Pública dos últimos 3 anos sobre crimes como: homicídio, latrocínio e roubo, tiveram aumento significativo nesses municípios. Podemos discorrer sobre alguns desses crimes ocorridos entre os anos de 2019 e o 1º trimestre de 2022, com seus resultados levantados por esta instituição, como são demonstrados a seguir:

Tabela 4 - Índices de Criminalidade nos Municípios Estudados .

MUNICIPIOS	CRIMES	2019	2020	2021	2022*
IRANDUBA	HOMICÍDIO	18	16	67	15
	LATROCÍNIO	2	1	NÃO FORNECIDO	1
	ROUBO	371	339	NÃO FORNECIDO	22
MANACAPURU	HOMICÍDIO	31	19	46	9
	LATROCÍNIO	-	1	NÃO FORNECIDO	2
	ROUBO	229	64	NÃO FORNECIDO	42
RIO PRETO DA EVA	HOMICÍDIO	12	10	8	4
	LATROCÍNIO	-	-	NÃO FORNECIDO	1
	ROUBO	24	35	NÃO FORNECIDO	6

Fonte: SSP/AM.

* apenas o 1º trimestre de 2022

Esse recorte temporal demonstra um pouco sobre os crimes de maior relevância e seus resultados baseados no balanço anual da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, que se baseia pela quantidade de crimes como os expostos na Tabela 4 para avaliar o grau de periculosidade de cada estado conforme os dados apurados por unidade federativa através de suas secretarias. Na Tabela 4 observa-se nos municípios estudados, com dados nela especificados nos índices expostos nesta tabela que são referentes aos anos decorrentes entre 2019 e 2022, no entanto, alguns dados do ano de 2021 não foram fornecidos como o latrocínio e o roubo, pois foram publicados por essa instituição apenas os homicídios nos municípios do Amazonas, sem nenhuma explicação dada por essa instituição em sua plataforma.

Dentre os tipos de crime destaca-se o roubo, Tabela 4, entretanto, no ano a exceção de Rio Preto da Eva, em 2020 houve uma diminuição da criminalidade, em decorrência da pandemia da covid-19 houve o Lockdown, diminuindo a possibilidade de crimes nas ruas, nos estabelecimentos comerciais e residências, que se pode perceber ao analisar esta tabela.

No entanto, com a retomada das atividades, em 2021, tem aumento da violência, como mostram os dados citados, pode deduzir-se que proporcionalmente a cada região estudada, que se faz necessária uma atenção quanto à segurança pública dessas localidades, repensando sobre uma maior territorialidade dos agentes do estado, para que se possa então vislumbrar o

cumprimento das diretrizes expostas em carta magna do país, incumbindo essa instituição, por intermédio de seus servidores, a cumprir o patrulhamento ostensivo visando manter ou restabelecer a paz social garantindo a segurança do cidadão nesses municípios.

Destarte, a segurança da população exige uma logística eficiente e um maior número de policiais em eventos culturais, políticos e econômicos programados com grande adensamento de pessoas, como por exemplo as festas anuais previstas ou de eventos repentinos ocasionados por atos criminosos, exigindo uma presença mais ostensiva dos agentes policiais. Por isso, a necessidade da migração temporária dos policiais de Manaus para os municípios de Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva, aumentando a territorialidade da ação dos militares de Manaus e ao mesmo tempo suprindo a demanda reprimida de policiais nestes municípios.

Os fenômenos geográficos migratórios, como o deslocamento pendular e o temporário, dos policiais militares mostram a existência de uma desproporção do número de policiais militares em relação ao contingente populacional nessas localidades. Neste contexto, a migração temporária e pendular fazem parte da realidade vivida por estes servidores, motivada por esse déficit de efetivo policial local, ocasionando a necessidade do envio em forma de fração de efetivo para cumprir missões variadas conforme a necessidade de cada região, esses policiais são empregados em ações seja no modo preventivo com patrulhamento ostensivo ou mesmo em ações que exijam atitudes proporcionais ao tipo de crise. Em relação a migração pendular Moura et al. (2005, apud OLIVEIRA, 2015, p. 58) tecem a seguinte definição:

[...] “se para ser considerado como migração é necessário que haja mudança de moradia, os movimentos pendulares ao contrário se denominam pela mobilidade diária entre municípios onde reside o sujeito, com o município de trabalho ou função específica.” [...]

A migração pendular, portanto, refere-se à mobilidade diária de uma cidade a outra possibilitada pela infraestrutura de transportes, assim o migrante pode retornar ao seu lugar de moradia no mesmo dia. Essa modalidade de migração é cada vez mais frequente na atualidade conforme argumentado a seguir:

Que a migração permanente ou temporária já não é a única opção para os imigrantes que necessitam se deslocar para obtenção de trabalho, abrindo espaço para uma nova forma de migração: a pendular – que a maioria dos indivíduos que exercem este tipo de mobilidade espacial adjacentes a municípios com forte atração de mão-de-obra em polos industriais, seja próximo a pequenos, médios ou grandes centros urbanos[...] (OLIVEIRA, 2015, p. 57).

Um fato a ser levado em consideração quanto a migração pendular pode ser observado nos dados obtidos junto ao Comando de Policiamento do Interior – CPI, no que diz respeito a quantos policiais trabalham nessas regiões residem nessas cidades, demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5 - Policiais Militares que Residem no Município

Organização Policial Militar	Efetivo Existente	Efetivo Residente no Município
9º BPM/Manacapuru	163	162
3º CIPM/ Rio Preto da Eva	57	25
8ª CIPM / Iranduba	87	29

Fonte: Polícia Militar do Estado do Amazonas (2021).

Esses dados na Tabela 5 mostram que apenas Manacapuru, o mais distante dos 3 municípios de Manaus, possui policiais dessa organização militar quase que em sua totalidade residentes no próprio município, enquanto Rio Preto da Eva e Iranduba, com menor distância da capital, menos da metade desses policiais residem nesses municípios. Isto significa que a proximidade de Manaus inviabiliza a permanência desse efetivo em sedes como Iranduba e Rio Preto da Eva, demonstrando com clareza o deslocamento temporário ou pendular para o cumprimento apenas de seus serviços militares, isso graças a proximidade com a capital, mesmo fazendo parte desta organização policial militar, esse militar translada para cumprir suas obrigações para essas regiões por opção nesse caso.

Dados obtidos junto ao Comando de Policiamento do Interior – CPI, organização militar responsável pelo policiamento no interior do estado do Amazonas, mostram que nos municípios estudados nos últimos 5 anos tiveram o seguinte quantitativo entre os anos de 2016 e 2021:

Tabela 6 – Efetivo Policial dos Municípios

MUNICÍPIO	EFETIVO EXISTENTE					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Iranduba	118	111	106	105	97	87
Manacapuru	194	166	182	197	194	163
Rio Preto Da Eva	64	57	62	63	60	57

Fonte: Polícia Militar do Estado do Amazonas (2021).

Esses dados do quantitativo policial militar nos municípios, na Tabela 6, mostram a diminuição do efetivo militar na comparação entre 2016 e 2021, à exceção de Iranduba, houve um pequeno aumento entre 2018 e 2019 nos municípios de Manacapuru e Rio Preto da Eva. A diminuição do efetivo militar nos 3 municípios decorre de vários fatores, dentre eles a aposentadoria de alguns, a mortalidade no exercício da sua função e concursos públicos que não atendem à demanda de policiais para o exercício da segurança pública. Esses dados deixam claro que há uma diminuição repentina em alguns desses anos, corroborando para a assertiva da desproporção de policiais militares nesses municípios.

Essa constatação demonstra que o déficit de policiais é incipiente às demandas por segurança pública nessas localidades, e que assim, a ênfase em servir e proteger o cidadão com um policiamento de excelência está comprometida, haja visto, a quantidade de ocorrências superior ao efetivo nessas localidades fragilizam a seguridade da população dessas regiões

fazendo com que a devida preocupação do estado em manter a ordem pública abalando assim a soberania do Estado, e para que a segurança volte a ser notada, os órgãos de segurança pública são obrigados a deslocar policiais militares aos mais longínquos municípios da região amazônica para fazer com que a territorialidade do estado se faça presente e traga de volta a seguridade do cidadão que se senti acuado com as ações criminosas nesses municípios, voltando então a garantir os direitos desses cidadãos.

4.4.1 Parâmetro e a Estimativa para o Efetivo Policial Militar

Estima-se que parâmetros para os cálculos referentes aos arranjos populacionais e sua proporcionalidade com os agentes de segurança de instituições governamentais seja uma missão complexa, haja visto, em alguns casos como no efetivo da polícia militar no país, estados e municípios, despertam discussões sobre grandezas como a População/Policial Militar e seus quantitativos para se chegar a um nível plausível de agentes que possam garantir a seguridade da população nas federações pertencentes ao Brasil, dado o aumento da criminalidade ano após ano, que tornam desproporcionais o efetivo de segurança pública em relação à população.

Entende-se pelo termo parâmetros como uma relação ou uma medida entre as grandezas dessa realidade. A ideia foi verificar a proporção entre população e policiais militares de 3 (três) entre os 13 (treze) municípios que compõem a região metropolitana de Manaus, haja visto, que é percebida uma certa discrepância dos dados anuais da criminalidade nesses municípios estudados pelos meios de comunicação da secretaria de segurança pública.

No Brasil, após levantamento bibliográfico, pouco se encontrou sobre parâmetros que regulamentassem e embasassem essa razão, não ficando claro os cálculos utilizados, muito menos o efetivo nacional que servisse como modelo para o cômputo desses militares, fato que se repete pelos estados do país. Segundo o Anuário de Segurança Pública (2021, p. 317), em 2021, o país somava 760.189 policiais em suas diversas categorias (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Técnica, Polícia Penal, Outros não-Policiais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Penal Federal), distribuídos de maneira não uniforme pelas federações do país.

Dados discorridos por Bueno et al. (2021) afirmou que “existem no Brasil 406 mil policiais militares na ativa”. Considerando a população estimada no país em 2021 de 213.300.000 habitantes (IBGE, 2021) temos que um policial é responsável pela segurança de 525,4 habitantes. Outra questão é o fato destes policiais não estarem distribuídos de forma equitativa em todo o território nacional.

Alguns trabalhos foram elaborados ao longo dos últimos anos à respeito deste tema, com a mesma polêmica, buscando criar um modelo que viesse nortear o cômputo do número de agente necessários para a segurança social e mitigasse a disparidade do déficit do número de policiais em localidade com altos índices de criminalidade, assim como o deslocamento de tropas de outras localidades para suprir a demanda da segurança pública em certas regiões, associando um cálculo à razão indivíduos/policial militar que servisse como base.

Ao analisar as referências, sobre os parâmetros e critérios adotados para se definir o quantitativo do efetivo de policiais militares por habitantes no mundo, é possível citar que a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com outros países membros, incluindo o Brasil, passaram a recomendar esses resultados como parâmetros aos países que dela faziam parte.

No que diz respeito ao parâmetro, segundo recomendações da ONU, o Brasil buscou fixar seu efetivo de segurança pública no critério de 1 policial para 250 pessoas (250/1), sugestão essa que anos depois seria questionada pela falta de legislação específica e detalhada acerca dos parâmetros e critérios adotados. E então segundo Wilson e Weiss (2012 apud MELO NETO 2016, p.4), que realizaram a seguinte pergunta a ONU: Onde a ONU definiu tal parâmetro e qual o critério adotado? e tiveram a seguinte resposta:

Em recente pesquisa sobre o assunto, ficou cristalina e incontestável a resposta a este paradigma, através do Centro de Informação das Nações Unidas que assim se pronunciou: “o dado com o número de policiais por habitante não é das Nações Unidas e, portanto, não sabemos responder às suas questões”. (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007). Portanto, como base de cálculo para efetivo policial, não existe qualquer parâmetro (WILSON, WEISS, 2012, p. 45)

Diante disso, foi possível analisar outros periódicos, nos quais foram encontradas informações sobre a proporção almejada para esses contingentes policiais, que em momentos específicos como na matéria escrita por Stochero (27 jul. 2015), Figura 10, afirma que o país possuía um policial militar para cada 471 habitantes (471/1). Resultado esses, que ainda não seria a resolução para essa discrepância com relação ao número de população/policial militar, haja visto, não se têm, ou não é exposto por esses órgãos, quais parâmetro são utilizados para que se possa conciliar um total de habitantes a uma quantidade de policia que formalize um cômputo plausível a respeito dessa razão, cabendo aos órgãos de segurança acatar as propostas governamentais e buscar formas para melhor utilizar o efetivo que possui dadas as diversas intempéries que surgem, em áreas também de suma importância como saúde, educação etc.

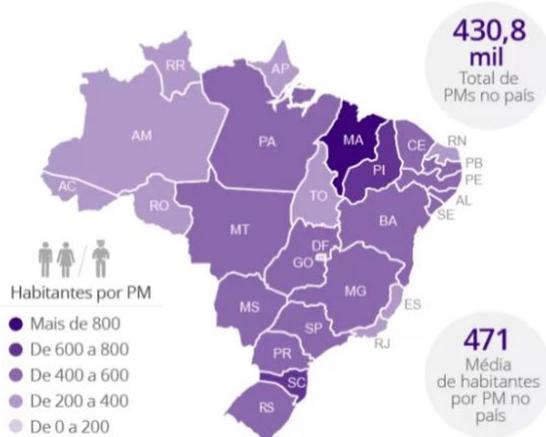
Mapa 3 - Média de Habitantes por Policial

Tahiane Stochero
Do G1, em São Paulo



Polícia Militar

Veja o efetivo das corporações e as taxas por habitante nos estados



Fonte: G1/SP, (2015).

O país possui um policial militar para cada 471 habitantes e um policial civil para cada 1.674 habitantes, segundo dados obtidos pelo **G1** com as secretarias da Segurança dos estados. O cálculo foi feito considerando a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**) para a população brasileira.

O efetivo total é de 430.817 PMs e 121.122 policiais civis. Dois estados (GO e

Ainda como outra proposta noticiada no site do Senado Notícia de 26 de janeiro de 2018, sobre uma proposta que determina o mínimo de policiais em atividade por habitante e neste caso seria de trezentos cidadãos para um policial militar (300/1) disposta segundo projeto de lei do senado (PLS) 391/2015, que infelizmente foi arquivada no final do ano de 2015.

Essas matérias apresentadas são alguns exemplos da dicotomia existente entre as grandezas habitantes/policiais militares e dos diversos cálculos feitos pelo país para se alcançar um número suficiente que provisione um quantitativo de policiais padrão que servisse como base de cálculo para esse efetivo e que pudesse, teoricamente, suprimir a necessidade de segurança do cidadão no país.

Por esse motivo, é preciso haver uma sensibilização quanto a inserção de uma pauta sobre esse assunto nos debates e ações governamentais, pois os balanços numéricos de crimes só têm aumentado nos últimos anos, e assim como os fatores relacionados à falta de educação, falta de saúde, falta de emprego, entre outros fatores que fomentam o aumento da criminalidade na região metropolitana, no Brasil e no mundo também é a falta de segurança.

Quanto aos possíveis fatores que podem efetivar a insegurança no âmbito social, Sampaio (2019), atual secretário-executivo de Gestão na Secretaria de Segurança Urbana do Recife, produziu um artigo para o periódico Diário de Pernambuco (29 mai. 2019) afirmando que “os estudos acerca das causas da falta de segurança sugerem fatores complexos como a pobreza, desigualdade, cultura, história, etnia, desemprego, religião e disputas de território.”, isto pode ser levado em conta dada a realidade vivida no país.

A metrópole do estado do Amazonas recebe destaque negativo quando o tema é relacionado à segurança pública, dado os índices de criminalidade, sem deixar clara uma das categorias a serem analisadas, como o déficit de policiais militares como causa que reverberam entre todo seu território.

Essa realidade na capital repercute nas regiões próximas a este centro, podemos também vislumbrar o aumento da criminalidade nos últimos anos nos municípios de Iranduba, Iranduba e Rio Preto da Eva. É relevante ressaltar o déficit de policiais militares, obrigando o deslocamento de policiais militares da capital para suprir as demandas de segurança nessas localidades.

Realidades como as descritas por Nascimento (28 jul. 2021), relacionadas às mortes de dois irmãos que segundo a polícia tinha envolvimento com tráfico de drogas e homicídios na cidade de Iranduba, ocorrido antes da chegada de reforço policial que foi enviado da capital para a cidade por conta de ataques criminosos, ocasionado de acordo com a polícia por uma disputa entre duas facções criminosas. Este é um entre muitos exemplos de ocorrências em que é solicitado reforço policial para restaurar a paz nessas localidades.

No estudo realizado por Carstens e Periotto (2010), intitulado Efetivo Policial Militar: Paradigmas e Proposta Metodológica para Cálculo de Necessidades, esses autores discorrem entre outros assuntos intrínsecos a esse tema, sobre os tipos de cálculos de fixação de efetivos policiais como “o sistema norte americano; por fatores criminológicos; por efetivo operacional administrativo e por tipos de policiamento, estes citados aqui para critério de conhecimentos dos meios já utilizados para esse fim, criados para cada tipo de realidade que envolve essas grandezas”, alguns utilizados em estudos como modelo para a fixação de efetivos policiais no Brasil.

Estudos similares em relação ao quantitativo de policiais militares são encontrados em pesquisas como a de Freitas(2013), que projetou uma Proposta de Cálculo para Fixação de Efetivo Policial Militar por Município no Estado do Paraná, no intuito de propor, um cálculo para fixar quantitativamente o efetivo policial-militar nos municípios daquele estado, utilizando-se de critérios como “as variantes vetoriais para calcular esse efetivo”, que segundo ele nortearam as necessidades e quantitativos policiais conforme particularidades dos recortes espaciais.

Queiroz (2015) em seu trabalho, intitulado “Uma Análise do Quantitativo do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso”, argumenta que o cálculo de um efetivo militar não pode basear-se apenas na quantidade de uma população, e sim é baseado num conjunto de fatores de influência direta como: “a padronização operacional, as estatísticas de ocorrências, aspectos culturais, geográficos e políticos”.

Este autor baseia-se no método norte americano que propõe em que o efetivo necessário de policiais para determinada localidade de acordo com as peculiaridades locais deve variar de 1,5 a 2,5 policiais para cada 1.000 habitantes conforme o número de atendimentos variando o aumento ou a diminuição da quantidade de indivíduos conforme fatores como: “locais com aglomerados de pessoas, áreas de fronteira, público flutuante, localidades de jogos e diversão, localidades de baixa renda per capita”.

Outro estudo similar ao foco desta pesquisa foi feito por Trevisa; Carneiro e Rocha, 2020, que propõe 5 (cinco) abordagens como: “correlação entre o efetivo e os níveis e tendências criminais, per capita, faixa mínima de pessoal, nível orçamentário e a carga de trabalho real”. Cada abordagem é uma ferramenta aplicada para ocasiões diversas que variam entre o efetivo e suas razões como: “tendências criminais, população, número exato de policiais para continuidade do serviço, bases orçamentárias e a demanda efetiva do serviço policial”. Este autor procurou traçar um panorama relativo ao déficit de policiais que vem ocorrendo desde 1994 até os dias atuais, assim como suas estimativas a longo prazo até 2029.

No que tange a seguridade do cidadão, à polícia militar é facultada a função de preservar a ordem pública e os direitos de todos os cidadãos brasileiros. Pereira (2018, p. 42) quanto a proteção policial afirma que “foi criado o termo ‘cobertura policial’, que no Brasil é a quantidade de habitantes “protegidos” por um policial, ou seja, a relação de um policial pelo número de habitantes”, o que imbrica a missão desses agentes com a prática exigida por carta régia.

Segundo este autor quanto ao número de policiais e suas coberturas de indivíduos afirma que “mesmo não havendo tal recomendação por parte da ONU, a cobertura policial no Brasil conforme a revista Exame (2015) é de 1 policial para cada 473 habitantes (1:473), e no Amazonas é de 1:421.”, quantitativo utilizado como base que não mudou muito mesmo com o decorrer dos anos.

Levando em consideração a reflexão deste autor, quanto a relação de crimes e a cobertura policial militar, que pressupõe que “maior cobertura é sinônimo de maior fiscalização”. Pereira (2018, p. 43) a distribuição populacional e criminal reflete em “população maior, maior demanda dos serviços de segurança pública; criminalidade elevada em determinados municípios por suas características econômicas, sociais e culturais, maior efetivo policial para promoção de segurança pública deste”.

Com relação a população estimada para o município de Iranduba Segundo o IBGE, (2021), é de 49.718 e o efetivo de policiais militares segundo os dados da Polícia Militar do Amazonas, (2021), é de 87, segundo os dados da Polícia Militar do Amazonas, (2021). E sobre a população estimada de Manacapuru segundo o IBGE (2021), é de 99.613 e efetivo de Policiais

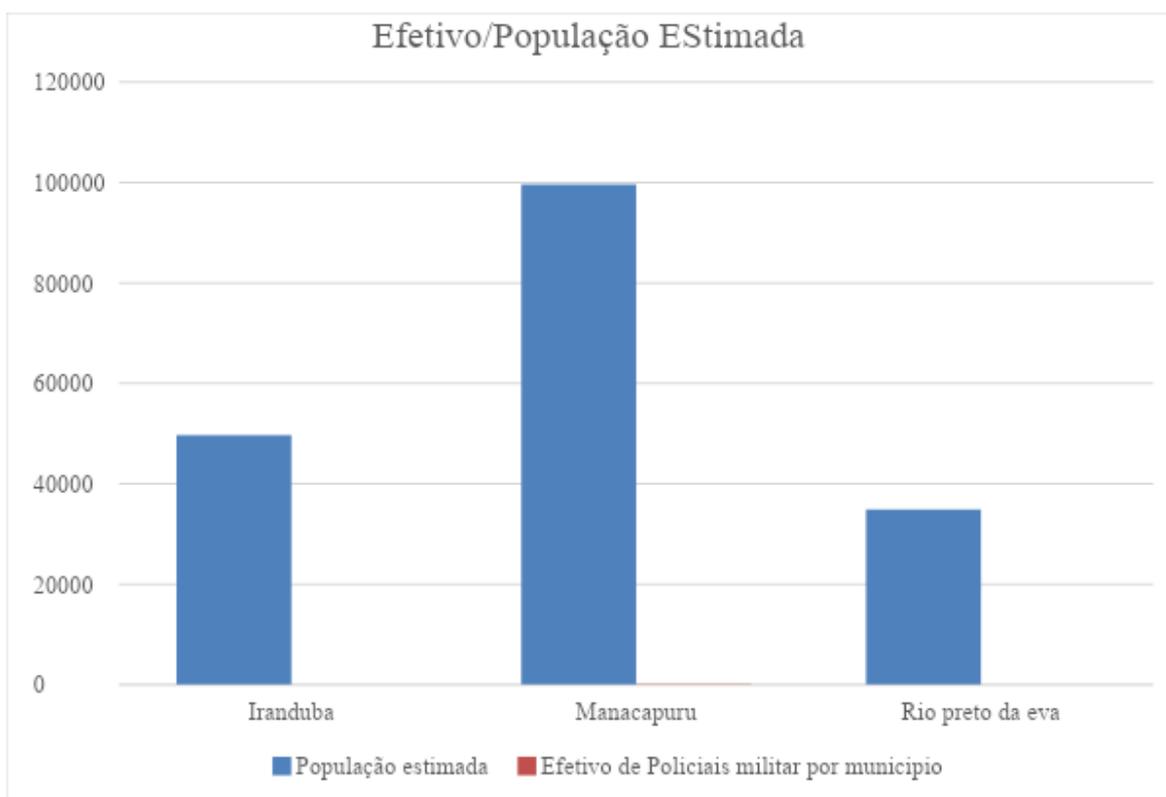
Militares é de 163 policiais segundo os dados da Polícia Militar do Amazonas (2021). A população estimada para o Rio preto da Eva é de 34.856, segundo o IBGE (2021), e o efetivo de policiais militares é de 57, segundo os dados da Polícia Militar do Amazonas, (2021) segundo o gráfico 1 e Tabela 7.

Tabela 7 - População Estimada e Efetivo Policial

MUNICÍPIOS	População estimada	Efetivo de Policiais militar por município
Irاندوبا	49.718	87
Manacapuru	99.613	163
Rio preto da Eva	34.856	57

Fonte: IBGE, 2021 e AMAZONAS, P. M., 2021

Gráfico 2 - População Estimada e Efetivo Policial



Fonte: IBGE, 2021 e AMAZONAS, P. M., 2021

Nota-se no Gráfico 2 que o quantitativo policial militar nessas regiões é irrisório, e que o número de populares se sobressai diante da territorialidade da representação do Estado, o que condiz com este estudo, demonstrando uma fragilidade na segurança dos cidadãos desses municípios. Este estudo buscou as normas ou regulamentos que viabilizassem o cômputo dos

agentes de segurança pública, após a busca não foi encontrado nenhum estudo ou norma juntos aos órgãos competentes quanto a essa indagação.

Para que chegássemos ao objetivo dessa pesquisa utilizou-se das informações encontradas nos dados obtidos da instituição policial militar desses municípios, para então se utilizar de operações matemáticas básicas no intuito de alcançar dados como: a proporção atual entre Habitantes/policial militar; o déficit desses agentes nessas regiões; a quantidade de policiais necessária nesses municípios; a quantidade de pessoas assistidas e a quantidade de pessoas desassistidas nessas regiões.

Com as informações obtidas nessa pesquisa juntos aos órgãos que fazem parte da segurança pública do estado do Amazonas, por meio de estudos já realizados, em plataformas e sites governamentais, foi possível realizar um cálculo com valores exatos, com o que se levantou de informações nesta pesquisa, para facilitar o cômputo, utilizando-se como referência as referidas parciais 400/1 policial, 350 /1 policial, 300/1 policial e 250/1 policial.

E assim sendo, através de resolução dessas razões chegou-se à seguinte estimativa de Policiais Militares necessária para os municípios da região metropolitana estudada, a começar pelo Iranduba é de 124,3 pelo parâmetro de 400/1 policial, 142,1 pelo parâmetro de 350 /1 policial, 165,7 pelo parâmetro de 300/1 policial e de 198,9 pelo parâmetro de 250/1 policial (Tabela 7 e Gráfico 2).

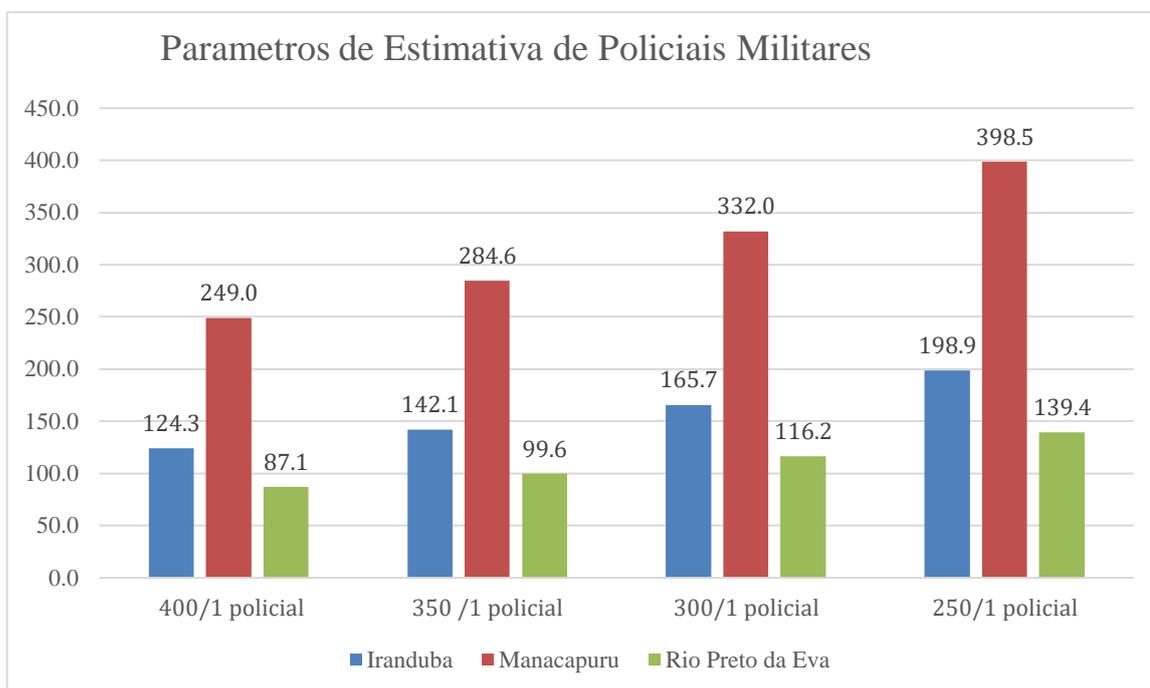
Em Manacapuru, quantidade de 249,0 pelo parâmetro de 400/1 policial, 284,6 pelo parâmetro de 350 /1 policial, 332,0 pelo parâmetro de 300/1 policial e de 398,5 pelo parâmetro de 250/1 policial (Tabela 7 e Gráfico 2).

No município de Rio Preto da Eva a quantidade é de 87,1 pelo parâmetro de 400/1 policial, de 99,6 pelo parâmetro de 350 /1 policial, de 116,2 pelo parâmetro de 300/1 policial, e por fim 139,4 pelo parâmetro de 250/1 policial, conforme Tabela 8 e Gráfico 3.

Tabela 8 - Parâmetros entre População e Efetivo Policial

MUNICÍPIOS	400/1 policial	350 /1 policial	300/1 policial	250/1 policial
Iranduba	124,3	142,1	165,7	198,9
Manacapuru	249,0	284,6	332,0	398,5
Rio Preto da Eva	87,1	99,6	116,2	139,4

Fonte: SSP, 2021

Gráfico 3 - Parâmetros de Estimativas de Policiais Militares

Fonte: SSP, 2021

Com isso quer dizer que existe um déficit de policiais militares (Gráfico 4 e Tabela 9), para o parâmetro de 400/1 policial o resultado é de 37,3 de policiais, para o parâmetro de 350 /1 policial, o resultado é a falta de 55,1 policiais. Já para o parâmetro de 300/1 policial o resultado é a falta de 78,7 policiais na cidade, e por fim para o parâmetro de 250/1 policial o déficit é de 111,9 policiais em Iranduba. Nota-se neste gráfico que há uma hierarquia entre esses municípios quanto ao déficit de policiais militares, que tem por sequência Manacapuru, Iranduba e Rio Preto da Eva, podendo ser levado em consideração o número de habitantes e o quantitativo policial militar em cada um deles, para tal ordenação.

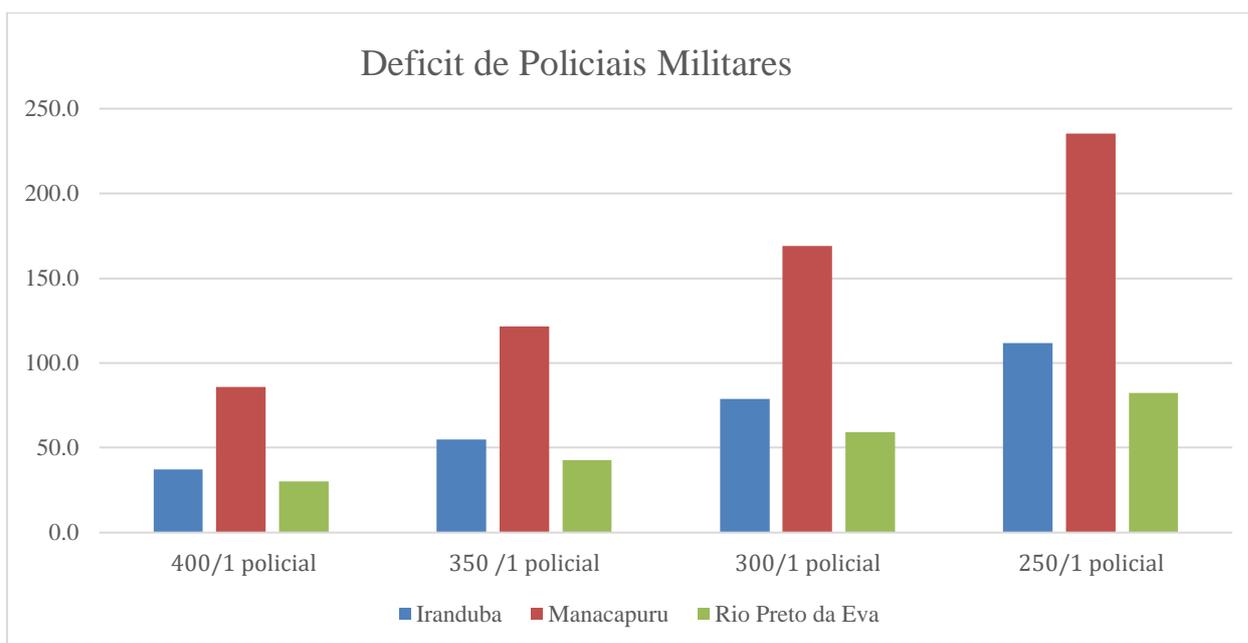
Com relação ao déficit de policiais militares (Gráfico 4 e Tabela 9), no município de Manacapuru, para o parâmetro de 400/1 policial o resultado é de 86,0 policiais, para o parâmetro de 350 /1, o déficit é de 121,6 policiais e para o parâmetro de 300/1 policial o resultado é a falta de 169,0 policiais e para o parâmetro de 250/1 policial o déficit é de 235,5 policiais.

Na região metropolitana de Rio Preto da Eva, esse déficit (Gráfico 4 e Tabela 9), é calculado que para o parâmetro de 400/1 policial o resultado é de 30,1 policiais, para o parâmetro de 350 /1, o déficit é de 42,6 policiais, para o parâmetro de 300/1 policial o resultado é a falta de 59,2 policiais e por fim para o parâmetro de 250/1 policial o déficit é de 82,4 policiais para o Rio preto da Eva, isso exemplifica a falta de quantitativo policial militar para a localidade e ainda demonstram a população que teoricamente não está sendo assistida nas regiões.

Tabela 9 - Déficit de Policiais Militares

MUNICÍPIOS	400/1 policial	350 /1 policial	300/1 policial	250/1 policial
Irاندوبا	37,3	55,1	78,7	111,9
Manacapuru	86,0	121,6	169,0	235,5
Rio Preto da Eva	30,1	42,6	59,2	82,4

Fonte: SSP, 2021

Gráfico 4 - Déficit de Policiais Militares

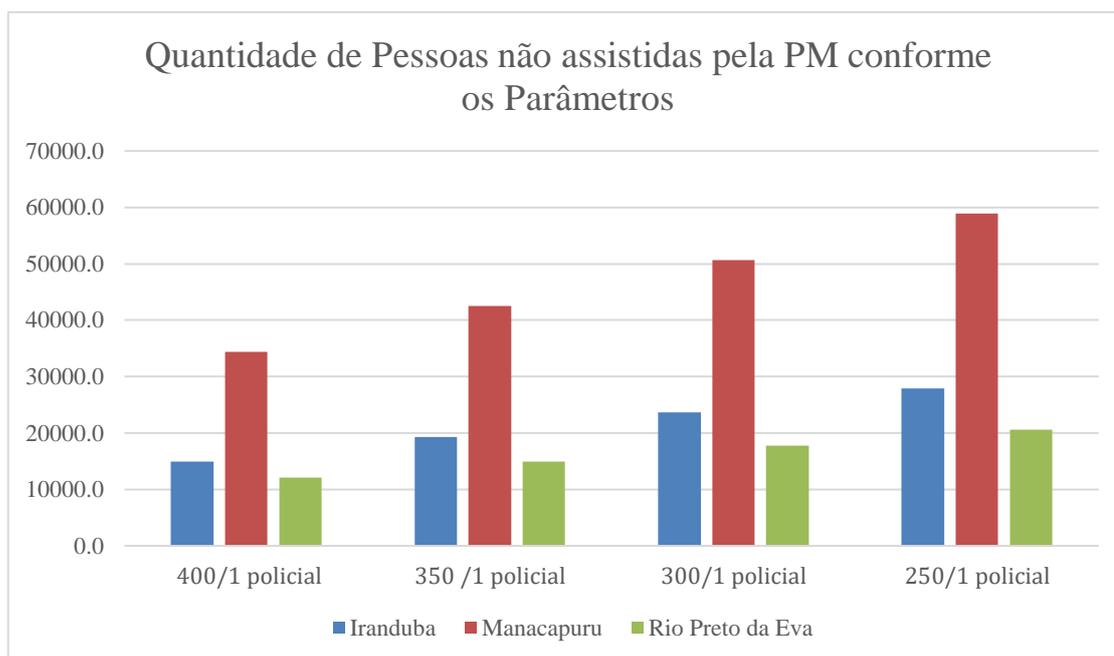
Fonte: SSP, 2021

E por fim a quantidade de pessoas que não são assistidas pela PM nas regiões estudadas, conforme os Parâmetros é de Irاندوبا 14. 9 pessoas, Manacapuru, 34. 4 pessoas e Rio Preto da Eva 12. 0 pessoas, no parâmetro de **400/1** policial. Já no parâmetro de **350 /1** policial em Irاندوبا é 19, 2 pessoas, Manacapuru é de 42, 5 pessoas e Rio Preto da Eva é de 14, 9 pessoas, no parâmetro de **300/1** policial em Irاندوبا é 23,6 de pessoas, Manacapuru é de 50, 7 pessoas e o Rio Preto da Eva é de 17, 7 pessoas que não são assistidas pela PM

Tabela 10 - Quantidade de Pessoas Não Assistidas pela PM

MUNICÍPIOS	400/1 policial	350 /1 policial	300/1 policial	250/1 policial
Irاندوبا	14.918,0	19.268,0	23.618,0	27.968,0
Manacapuru	34.413,0	42.563,0	50.713,0	58.863,0
Rio Preto da Eva	12.056,0	14.906,0	17.756,0	20.606,0

Fonte: SSP, 2021

Gráfico 5 - Quantidade de Pessoas Não Assistidas pela PM

Fonte: SSP, 2021

E por fim no parâmetro de **250/1** policial, em Irlanduba é de 27, 97 pessoas e Manacapuru é de 58, 8 pessoas e o Rio Preto da Eva é de 20, 6 pessoas desassistidas na região (Tabela 10 e Gráfico 5). Esses dados confirmam o déficit policial militar nos três municípios, que podemos atrelar entre outros motivos o avanço urbano, o aumento populacional, a desestrutura familiar, desemprego, o recrutamento criminal de indivíduos ociosos, a instalação de organizações criminosas no Estado e a falta de políticas públicas que minimizem essas anomalias nessas regiões.

Neste contexto, pôde-se levar em conta a expansão do espaço urbano da região metropolitana e a ação de criminosos nesses municípios, diante de quadros delituosos antes existentes apenas na capital do Estado e que hoje em dia seus atores tornam-se coadjuvantes nessas regiões, impregnando suas ações delituosas diante de uma população amedrontada, cativa e refém das ações cotidianas desses criminosos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à segurança do cidadão, a qual lhes garante a sobrevivência e harmonia em meio a sociedade, relaciona-se ao Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas a incolumidade de todos os cidadãos, no entanto, na prática acontecem de maneira desproporcional e insatisfatória à sociedade, uma anomalia, que resulta em uma onda de insegurança percebida tanto em escala municipal como em todo o estado.

Neste contexto, da atual conjuntura do serviço de segurança pública prestado por esta instituição, demonstra a situação da desproporcionalidade entre a população e o efetivo de policial militar de alguns municípios da Região Metropolitana de Manaus. Sendo de suma importância essa discussão sobre o tema Territorialidade da Segurança Pública, pois para a sociedade, dados como a redução ou aumento da criminalidade são acessíveis à sociedade, no entanto, estudos voltados à razão habitante/policial militar, tem seu acesso é escasso, no que se refere à estatística, parâmetros, regras ou normas que sirvam de cômputo do efetivo militar dos municípios pesquisados é detalhado.

Esta análise proporciona ao cidadão informações de caráter institucional e organizacional sobre a proporção de militares empregados atualmente ou a necessidade existente de agentes para as forças de segurança pública no estado, para garantir segurança ao cidadão, assunto que pode ser considerado importante para a sociedade.

Esse assunto ao ser contextualizado no que se refere a instituição da metrópole, aborda as consequências de sua urbanização, acarretando em problemas sociais, como por exemplo, a criminalidade, antes o que era visto apenas na capital, passa a fazer parte de todos os municípios pertencentes à metrópole, tendo como efeito a expansão territorial do perímetro urbano e o aumento populacional.

Esse desconforto também se reflete de maneira distintamente e proporcional aos limites territoriais e populacionais dos estados e municípios do país, onde as metrópoles com suas autarquias destinadas à segurança pública intentam diuturnamente com planejamentos e ações contra a criminalidade dentro de sua região para tentar proporcionar ao cidadão a segurança necessária e a garantia de seus direitos.

Os dados obtidos neste estudo mostram como tem sido negligenciada a segurança desses moradores em suas localidades, ao ser comprovada a desproporção policial e a negligência no cumprimento de leis estaduais que fixam o número mínimo de policiais, mostrando a sociedade em geral por meio desta pesquisa que certos atos governamentais influenciam no resultado da segurança pública, e conseqüentemente na territorialidade das ações policiais no Estado.

A revolta que a criminalidade vem ocasionando por todos os cantos do país, que também nesses municípios preocupa-se em continuar a manter uma barreira segura entre o “cidadão acuado” e os “marginalizados” ante ao crime que demonstra o alcance da sua territorialidade superior aos dos órgãos de segurança do Estado.

Neste sentido esta pesquisa elucidou mais uma dentre outras anomalias sociais vivenciadas no país. Sendo assim, após ser constatado que o déficit de policiais nessas localidades é uma realidade, alcançado por meio da razão simples população/policiais militares dessas regiões, propõe-se o aumento do efetivo policial, para que de forma proporcional esses agentes possam combater a criminalidade que vêm ocorrendo nessas áreas e poder então aumentar a representatividade do estado por meio de seus órgãos coercitivos e sua territorialidade, garantindo os direitos do cidadão.

6 REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Lei nº 2591 de 27 de agosto de 2000. **FIXA o efetivo da Polícia Militar do Amazonas e dá outras providências**. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2000/7046/7046_texto_integral.pdf>. Acesso em: 16 de mai. 2022.

AMAZONAS. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Instituto Integrado de Ensino - IESP, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas - SSP-AM**. Portal do Estado do Amazonas: SSP-AM. Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/institucional/instituto-integrado-de-ensino-iesp/>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

AMAZONAS. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS. **SSP Dados**. Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/ssp-dados>>. Acesso em: 08 mai. de 2022.

ARAÚJO, Emanuelle Silva. Desenvolvimento Urbano Local: o caso da Zona Franca de Manaus. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 33-42, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/4255>. Acesso em: 27 mar. 2022.

BARCELLOS, Tanya M. de. Migrações Internas: Os Conceitos Básicos Frente à Realidade da última Década. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre. Ed. 16º: p. 296/309, 1995. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1755>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. **Cidade: espaço da cidadania. Pedagogia cidadã**. Cadernos de formação: ensino de Geografia. São Paulo: UNESP-PROPP, p. 105-120, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Título V, Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo III, Da Segurança Pública ART. 144 § 6º. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 08 de mai. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015: institui o Estatuto da Metrôpole**. Brasília-DF: 12 jan. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em: 08 de maio 2022.

BRITO, Fausto. O Deslocamento da População Brasileira para as Metrôpoles. Scielo – Biblioteca Eletrônica, **Estudos Avançados**, Vol. 20, número 57. São Paulo: mai. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/ybD6Zn3KWKf3kffYcmSPRMh/abstract/?lang>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

BUONO, Renata, MAZZA, Luigi; GORZIZA, Amanda. Muita Polícia para Pouco Exército. 06 set. 2021. Piauí. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/muita-policia-para-pouco>>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Mortes Violentas Intencionais. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário de Segurança Pública**, 2021. FBSP, 2021. p. 18. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>>. Acesso em: 05 mar 2022.

FREITAS, Giuliano de. **Proposta de Cálculo para Fixação de Efetivo Policial Militar por Município no Estado do Paraná**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33705/GIULIANO%20D>>. Acesso em 14 de mai. 2022.

FRESCA, Tânia Maria. Uma Discussão Sobre o Conceito de MetrÓpole. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 31-52, ago./dez. 2011. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>>. Acesso em: 19 abr 2022.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br> >. Acesso em: 27 abr. 2022.

GERHARDT. Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 Fev 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 30 mar 2022.

GAMA, Aliny; MADEIRO, Carlos. **PMs de 25 Estados não têm o mínimo de soldados previsto nas leis estaduais**. UOL, COTIDIANO, 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/02/22/pms-de-26-estados-nao-tem-o-minimo-de-soldados-previsto-em-lei.htm>>. Acesso em: 09 mai. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

IBGE. **População de Manaus, Cidades e Estados**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html>>. Acesso em: 08 de mai. 2022.

IBGE. **População Estimada do País Chega a 213,3 Milhões de Habitantes em 2021**. 27 ago. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

IBGE. **População Estimada do País Chega a 213,3 Milhões de Habitantes em 2021**. 27 ago. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

JESUS, Pedroso de. **Cada PM do Amazonas é responsável pelo policiamento de 458 habitantes**. Jornal Todahora.com. Disponível em: <<https://www.todahora.com/articulos/cada-pm-do-amazonas-%C3%A9-respons%C3%A1vel-pelo-policiamento-ostensivo-de-458-habitantes>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 6a reimpr. da 28. ed. de 1981.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Centauro, São Paulo 2001.

LENCIONI, Sandra. Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano. GEOUSP - **Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 24, p. 109 - 123, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740>>. Acesso em: 30 mar 2022.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MELO NETO, Sergio Carrera de A. **Quantidade de policiais por número de habitantes**. 28 jan. 2016. Disponível em: <<https://missaodepaz.wordpress.com>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

NASCIMENTO. Eliana. Irmãos morrem em troca de tiros com a polícia em Iranduba. **G1 Amazonas**, 28 jul. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/07/28/irmaos-morrem-em-troca-de-tiros-com-a-policia-em-iranduba.ghtml>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

OLIVEIRA, T. S., de BRUMES, R. S. Migrações e Movimentos Pendulares em Cidades Pequenas: Uma análise da Atração Populacional para o Município de Jandaia do Sul (PR). **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA, Nº 12, dez. 2015. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producao-academica/article/view/1997/8640>>. Acesso em: 05 de mai. 2022.

PANUCCI, Laís Flávia Arfeli. **Aumento da Criminalidade – Causas**. Monografia - Faculdade de Direito de Presidente Prudente. Presidente Prudente – São Paulo, p. 57. 2004. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/258>>. Acesso em: 08 de mai. 2022.

PERES, Janaína Lopes Pereira; et al. O Estatuto da Metr pole e as regiões metropolitanas: uma análise teórico-conceitual   luz do conceito miltoniano de “território usado”. **Cadernos Metr pole**. São Paulo, v. 20, n. 41, p. 267-288, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962018000100267&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 abr. 2022.

PERPETUA, Guilherme Marini. Movimentos Pendulares e Acumulação do Capital. **Revista Pegada** – vol. 11 n.2 p.132 dez. 2010.

PORTAL G1. AM tem a Maior Taxa de Mortes Violentas do Brasil; SP tem a menor. Monitor de Violência. 22 fev. 2022. **G1-AM**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2022/02/22/am-tem-a-maior-taxa-de-mortes-violentas-do-brasil-sp-tem-a-menor.ghtml>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

PORTAL G1. Por que o número de Assassinatos cresce apenas na região Norte do Brasil. Monitor da Violência. 2022, p.1. **G1-AM**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2022/02/21/por-que-o-numero-de-assassinatos-cresce-apenas-na-regiao-norte-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

PORTAL G1. Amazonas apreende 19,1 toneladas de drogas em 2020 e bate recorde. Amazonas. 2021. **G1-AM**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/11/amazonas-apreende-191-toneladas-de-drogas-em-2020-e-bate-recorde.ghtml>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

PORTAL G1. Mais de 27 mil roubos são registrados em Manaus são até setembro deste ano, diz SSP. Amazonas. 2021. **G1-AM**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/10/19/mais-de-27-mil-roubos-sao-registrados-em-manaus-so-ate-setembro-deste-ano-diz-ssp.ghtml>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

AMAZONAS. **Remuneração dos Servidores**. Disponível em: <<http://www.transparencia.am.gov.br/pessoal>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acad mico. 2. ed. Novo Hamburgo-RS: Feevale, 2013. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2>. Acesso em: 14 mai. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo:  tica, 1993. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbm9ib2RlZ2FkYWdlb2dyYWZpYXxneDo0YWWRmYzJkODk1NTg4Mmlz>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

RIBEIRO, L. C. Q. et al. **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles/UFRJ, 2012. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/N%C3%8DVEIS-DE-INTEGRA%C3%87%C3%83O-DOS-MUNIC%C3%8DPIOS-BRASILEIROS-EM-RMs-RIDEs-e-AUs-%C3%80-DIN%C3%82MICA-DA-METROPOLIZA%C3%87%C3%83O>>.

RICCIO, et al. A Violência no Amazonas: análise crítica segundo percepção da população e dos profissionais de segurança pública. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju, vol.5, nº.3, p. 99 – 111, fev. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/3473>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/3473>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

ROMANELLI, C., A. K. ABIKO. **Processo de Metropolização do Brasil**. São Paulo: Escola Politécnica -USP,1991.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. Depto. de Geografia – UFRO. **Revista Zona de Impacto**. V. 13, set./dez., Ano 11, 2009. Disponível em: <<http://www.albertolinscaldas>>.

SANTOS, Milton. Espaço & Método. São Paulo. Editora Nobel, 1988a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988b.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, T.V. SOUSA, I. S., LIMA, S. P. **Os Grandes Objetos Urbanos**: Condição, Meio e Produto da Metropolização Regional na Amazônia Brasileira. ACTA Geográfica, Boa Vista, 2019.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**1 Milton Santos. En: Observatorio Social de América Latina - OSAL. Año 6 no. 16 jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2022

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 31, vol.1, 2009. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437/5497>>. Acesso em: 27 abr 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23º ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia de Souto. **A Urbanização Mundial**. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3tAbEXw>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

SOUSA, Norma Maria Bentes de. **Urbanização do Amazonas entre o passado e presente: a manutenção da primazia urbana de Manaus**. 285 fls. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/858664.pdf>>. Acesso em: 27 mar 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia, **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Difel - Difusão Editorial S.A. 1980. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=unir.br>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade, o urbano e o lugar. **Revista GEOUSP**. nº 6. São Paulo, p. 11-15, 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/3iwLjDg>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SÓCIO ECONÔMICO

- *Nome:*
- *Sexo:*
- *Bairro:*
- *Formação:*
- *Renda:*

Quanto à segurança pública:

- *Você já foi assaltado?*
- *Se a resposta for sim, quais os crimes?*
- *Quais crimes já presenciou?*
- *Na sua opinião quais são as causas da criminalidade?*
- *Como você considera a atuação da Polícia Militar do Amazonas, no seu Bairro ou Região?*
- *Na sua opinião quais os problemas enfrentados pela polícia que influenciam no seu desempenho?*

Elaboração: RIBEIRO, N. M. 2022